

Além do Princípio de Prazer

Sigmund Freud (1856-1939)
Livro XVIII - Obras Psicológicas de Sigmund Freud

Na teoria da psicanálise não hesitamos em supor que o curso tomado pelos eventos mentais está automaticamente regulado pelo princípio de prazer, ou seja, acreditamos que o curso desses eventos é invariavelmente colocado em movimento por uma tensão desagradável e que toma uma direção tal, que seu resultado final coincide com uma redução dessa tensão, isto é, com uma evitação de desprazer ou uma produção de prazer. Levando esse curso em conta na consideração dos processos mentais que constituem o tema de nosso estudo, introduzimos um ponto de vista 'econômico' em nosso trabalho, e se, ao descrever esses processos, tentarmos calcular esse fator 'econômico' além dos 'topográficos' e 'dinâmicos', estaremos, penso eu, fornecendo deles a mais completa descrição que poderemos atualmente conceber, uma descrição que merece ser distinguida pelo nome de 'metapsicológica'.

Com relação a isso, não nos interessa indagar até onde, com a hipótese do princípio de prazer, abordamos qualquer sistema filosófico específico, historicamente estabelecido. Chegamos a essas suposições especulativas numa tentativa de descrever e explicar os fatos da observação diária em nosso campo de estudo. A prioridade e a originalidade não se encontram entre os objetivos que o trabalho psicanalítico estabelece para si, e as impressões subjacentes à hipótese do princípio de prazer são tão evidentes, que dificilmente podem ser desprezadas. Por outro lado, prontamente expressaríamos nossa gratidão a qualquer teoria filosófica ou psicológica que pudesse informar-nos sobre o significado dos sentimentos de prazer e desprazer que atuam tão imperativamente sobre nós. Contudo, quanto a esse ponto, infelizmente nada nos é oferecido para nossos fins. Trata-se da região mais obscura e inacessível da mente e, já que não podemos evitar travar contato com ela, a hipótese menos rígida será a melhor, segundo me parece. Decidimos relacionar o prazer e o desprazer à quantidade de excitação, presente na mente, mas que não se encontra de maneira alguma 'vinculada', e relacioná-los de tal modo, que o desprazer corresponda a um *aumento* na quantidade de excitação, e o prazer, a uma *diminuição*. O que isso implica não é uma simples relação entre a intensidade dos sentimentos de prazer e desprazer e as modificações correspondentes na quantidade de excitação; tampouco — em vista de tudo que nos foi ensinado pela psicofisiologia — sugerimos a existência de qualquer razão proporcional direta: o fator que determina o sentimento e provavelmente a quantidade de aumento ou diminuição na quantidade de excitação *num determinado período de tempo*. A experimentação possivelmente poderia desempenhar um papel aqui, mas não é aconselhável a nós, analistas, ir mais à frente no problema enquanto nosso caminho não estiver balizado por observações bastante definidas.

Não podemos, entretanto, permanecer indiferentes à descoberta de um investigador de tanta penetração como G.T.Fechner, que sustenta uma concepção sobre o tema do prazer e do desprazer que coincide em todos os seus aspectos essenciais com aquela a que fomos levados pelo trabalho psicanalítico. A afirmação de Fechner pode ser encontrada numa pequena obra, *Einige Ideen zur Schöpfung — und Entwick — lungsgeschichte der Organismen*, 1873 (Parte XI, Suplemento, 94), e diz o seguinte: 'Até onde os impulsos conscientes sempre possuem uma certa relação com o prazer e o desprazer, estes também podem ser encarados como possuindo uma relação psicofísica com condições de estabilidade e instabilidade. Isso fornece a base para uma hipótese em que me proponho ingressar com maiores pormenores em outra parte. De acordo com ela, todo movimento psicofísico que se eleve acima do limiar da consciência é assistido pelo

prazer na proporção em que, além de um certo limite, ele se aproxima da estabilidade completa, sendo assistido pelo desprazer na proporção em que, além de um certo limite, se desvia dessa estabilidade, ao passo que entre os dois limites, que podem ser descritos como limiares qualitativos de prazer e desprazer, há uma certa margem de indiferença estética (...)'

Os fatos que nos fizeram acreditar na dominância do princípio de prazer na vida mental encontram também expressão na hipótese de que o aparelho mental se esforça por manter a quantidade de excitação nele presente tão baixa quanto possível, ou, pelo menos, por mantê-la constante. Essa última hipótese constitui apenas outra maneira de enunciar o princípio de prazer, porque, se o trabalho do aparelho mental se dirige no sentido de manter baixa a quantidade de excitação, então qualquer coisa que seja calculada para aumentar essa quantidade está destinada a ser sentida como adversa ao funcionamento do aparelho, ou seja, como desagradável. O princípio de prazer decorre do princípio de constância; na realidade, esse último princípio foi inferido dos fatos que nos forçaram a adotar o princípio de prazer. Além disso, um exame mais pormenorizado mostrará que a tendência que assim atribuímos ao aparelho mental, subordina-se, como um caso especial, ao princípio de Fechner da 'tendência no sentido da estabilidade', com a qual ele colocou em relação os sentimentos de prazer e desprazer.

Deve-se, contudo, apontar que, estritamente falando, é incorreto falar na dominância do princípio de prazer sobre o curso dos processos mentais. Se tal dominância existisse, a imensa maioria de nossos processos mentais teria de ser acompanhada pelo prazer ou conduzir a ele, ao passo que a experiência geral contradiz completamente uma conclusão desse tipo. O máximo que se pode dizer, portanto, é que existe na mente uma forte *tendência* no sentido do princípio de prazer, embora essa tendência seja contrariada por certas outras forças ou circunstâncias, de maneira que o resultado final talvez nem sempre se mostre em harmonia com a tendência no sentido do prazer. Podemos comparar isso com o que Fechner (1873, 90) observa sobre um ponto semelhante: 'Visto que, porém, uma tendência no sentido de um objetivo não implica que este seja atingido, e desde que, em geral, o objetivo é atingível apenas por aproximações (...)'

Se nos voltarmos agora para a questão de saber quais as circunstâncias que podem impedir o princípio de prazer de ser levado a cabo, encontrar-nos-emos mais uma vez em terreno seguro e bem batido e, ao estruturarmos nossa resposta, teremos à nossa disposição um copioso fundo de experiência analítica.

O primeiro exemplo do princípio de prazer a ser assim inibido é familiar e ocorre com regularidade. Sabemos que o princípio de prazer é próprio de um método primário de funcionamento por parte do aparelho mental, mas que, do ponto de vista da autopreservação do organismo entre as dificuldades do mundo externo, ele é, desde o início, ineficaz e até mesmo altamente perigoso. Sob a influência dos instintos de autopreservação do ego, o princípio de prazer é substituído pelo *princípio de realidade*. Esse último princípio não abandona a intenção de fundamentalmente obter prazer; não obstante, exige e efetua o adiamento da satisfação, o abandono de uma série de possibilidades de obtê-la, e a tolerância temporária do desprazer como uma etapa no longo e indireto caminho para o prazer. Contudo, o princípio de prazer persiste por longo tempo como o método de funcionamento empregado pelos instintos sexuais, que são difíceis de 'educar', e, partindo desses instintos, ou do próprio ego, com freqüência consegue vencer o princípio de realidade, em detrimento do organismo como um todo.

Não pode, porém, haver dúvida de que a substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade só pode ser responsabilizada por um pequeno número — e de modo algum as mais intensas — das experiências desagradáveis. Outra ocasião de liberação do desprazer, que ocorre com não menor regularidade, pode ser encontrada nos conflitos e dissensões que se efetua no aparelho mental enquanto o ego está

passando por seu desenvolvimento para organizações mais altamente compostas. Quase toda a energia com que o aparelho se abastece, origina-se de seus impulsos instintuais inatos, mas não é a todos estes que se permite atingir as mesmas fases de desenvolvimento. No curso das coisas, acontece repetidas vezes que instintos individuais ou parte de instintos se mostrem incompatíveis, em seus objetivos ou exigências, com os remanescentes, que podem combinar-se na unidade inclusiva do ego. Os primeiros são então expelidos dessa unidade pelo processo de repressão, mantidos em níveis inferiores de desenvolvimento psíquico, e afastados, de início, da possibilidade de satisfação. Se subseqüentemente alcançam êxito — como tão facilmente acontece com os instintos sexuais reprimidos — em conseguir chegar por caminhos indiretos a uma satisfação direta ou substitutiva, esse acontecimento, que em outros casos seria uma oportunidade de prazer, é sentida pelo ego como desprazer. Em conseqüência do velho conflito que terminou pela repressão, uma nova ruptura ocorreu no princípio de prazer no exato momento em que certos instintos estavam esforçando-se, de acordo com o princípio, por obter novo prazer. Os pormenores do processo pelo qual a repressão transforma uma possibilidade de prazer numa fonte de desprazer ainda não estão claramente compreendidos, ou não podem ser claramente representados; não há dúvida, porém, de que todo desprazer neurótico é dessa espécie, ou seja, um prazer que não pode ser sentido como tal.

As duas fontes de desprazer que acabei de indicar estão muito longe de abranger a maioria de nossas experiências desagradáveis; contudo, no que concerne ao restante, pode-se afirmar com certa justificativa que sua presença não contradiz a dominância do princípio de prazer. A maior parte do desprazer que experimentamos é um desprazer *perceptivo*. Esse desprazer pode ser a percepção de uma pressão por parte de instintos insatisfeitos, ou ser a percepção externa do que é aflitivo em si mesmo ou que excita expectativas desprazerosas no aparelho mental, isto é, que é por ele reconhecido como um 'perigo'. A reação dessas exigências instintuais e ameaças de perigo, reação que constitui a atividade apropriada do aparelho mental, pode ser então dirigida de maneira correta pelo princípio de prazer ou pelo princípio de realidade pelo qual o primeiro é modificado. Isso não parece tornar necessária nenhuma limitação de grande alcance do princípio de prazer. Não obstante, a investigação da reação mental ao perigo externo encontra-se precisamente em posição de produzir novos materiais e levantar novas questões relacionadas com nosso problema atual.

II

Há muito tempo se conhece e foi descrita uma condição que ocorre após graves concussões mecânicas, desastres ferroviários e outros acidentes que envolvem risco de vida; recebeu o nome de 'neurose traumática'. A terrível guerra que há pouco findou deu origem a grande número de doenças desse tipo; pelo menos, porém, pôs fim à tentativa de atribuir a causa do distúrbio a lesões orgânicas do sistema nervoso, ocasionadas pela força mecânica. O quadro sintomático apresentado pela neurose traumática aproxima-se do da histeria pela abundância de seus sintomas motores semelhantes; em geral, contudo, ultrapassa-o em seus sinais fortemente acentuados de indisposição subjetiva (no que se assemelha à hipocondria ou melancolia), bem como nas provas que fornece de debilitamento e de perturbação muito mais abrangentes e gerais das capacidades mentais. Ainda não se chegou a nenhuma explicação completa, seja das neuroses de guerra, seja das neuroses traumáticas dos tempos de paz. No caso das primeiras, o fato de os mesmos sintomas às vezes aparecerem sem a intervenção de qualquer grande força mecânica, pareceu a princípio esclarecedor e desnorteante. No caso das neuroses traumáticas comuns, duas características surgem proeminentemente: primeira, que o

ônus principal de sua causação parece repousar sobre o fator da surpresa, do susto, e, segunda, que um ferimento ou dano infligidos simultaneamente operam, via de regra, *contra* o desenvolvimento de uma neurose. ‘Susto’, ‘medo’ e ‘ansiedade’ são palavras impropriamente empregadas como expressões sinônimas; são, de fato, capazes de uma distinção clara em sua relação com o perigo. A ‘ansiedade’ descreve um estado particular de esperar o perigo ou preparar-se para ele, ainda que possa ser desconhecido. O ‘medo’ exige um objeto definido de que se tenha temor. ‘Susto’, contudo, é o nome que damos ao estado em que alguém fica, quando entrou em perigo sem estar preparado para ele, dando-se ênfase ao fator da surpresa. Não acredito que a ansiedade possa produzir neurose traumática; nela existe algo que protege o seu sujeito contra o susto e, assim, contra as neuroses de susto. Voltaremos posteriormente a esse ponto (ver em [1] e segs).

O estudo dos sonhos pode ser considerado o método mais digno de confiança na investigação dos processos mentais profundos. Ora, os sonhos que ocorrem nas neuroses traumáticas possuem a característica de repetidamente trazer o paciente de volta à situação de seu acidente, numa situação da qual acorda em outro susto. Isso espanta bem pouco as pessoas. Pensam que o fato de a experiência traumática estar-se continuamente impondo ao paciente, mesmo no sono, se encontra, conforme se poderia dizer, fixado em seu trauma. As fixações na experiência que iniciou a doença há muito tempo, nos são familiares na histeria. Breuer e Freud declararam em 1893 que ‘os histéricos sofrem principalmente de reminiscências’. Nas neuroses de guerra também, observadores como Ferenczi e Simmel puderam explicar certos sintomas motores pela fixação no momento em que o trauma ocorreu.

Não é de meu conhecimento, contudo, que pessoas que sofrem de neurose traumática estejam muito ocupadas, em suas vidas despertas, com lembranças de seu acidente. Talvez estejam mais interessadas em *não* pensar nele. Qualquer um que aceite, como algo por si mesmo evidente, que os sonhos delas devam à noite fazê-las voltar à situação que as fez cair doentes, compreendeu mal a natureza dos sonhos. Estaria mais em harmonia com a natureza destes, se mostrassem ao paciente quadros de seu passado sadio ou da cura pela qual esperam. Se não quisermos que os sonhos dos neuróticos traumáticos abalem nossa crença no teor realizador de desejos dos sonhos, teremos ainda aberta a nós uma saída: podemos argumentar que a função de sonhar, tal como muitas pessoas, nessa condição está perturbada e afastada de seus propósitos, ou podemos ser levados a refletir sobre as misteriosas tendências masoquistas do *ego*.

Nesse ponto, proponho abandonarmos o obscuro e melancólico tema da neurose traumática, e passar a examinar o método de funcionamento empregado pelo aparelho mental em uma de suas primeiras atividades *normais*; quero referir-me à brincadeira das crianças.

As diferentes teorias sobre a brincadeira das crianças foram ainda recentemente resumidas e discutidas do ponto de vista psicanalítico por Pfeifer (1919), a cujo artigo remeto meus leitores. Essas teorias esforçam-se por descobrir os motivos que levam as crianças a brincar, mas deixam de trazer para o primeiro plano o motivo *econômico*, a consideração da produção de prazer envolvida. Sem querer incluir todo o campo abrangido por esses fenômenos, pude, através de uma oportunidade fortuita que se me apresentou, lançar certa luz sobre a primeira brincadeira efetuada por um menino de ano e meio de idade e inventada por ele próprio. Foi mais do que uma simples observação passageira, porque vivi sob o mesmo teto que a criança e seus pais durante algumas semanas, e foi algum tempo antes que descobri o significado da enigmática atividade que ele constantemente repetia.

A criança de modo algum era precoce em seu desenvolvimento intelectual. À idade de ano e meio podia dizer apenas algumas palavras compreensíveis e utilizava também uma série de sons que expressavam um significado inteligível para aqueles que a rodeavam. Achava-se, contudo, em bons termos com os pais e sua única empregada, e

tributos eram-lhe prestados por ser um 'bom menino'. Não incomodava os pais à noite, obedecia conscientemente às ordens de não tocar em certas coisas, ou de não entrar em determinados cômodos e, acima de tudo, nunca chorava quando sua mãe o deixava por algumas horas. Ao mesmo tempo, era bastante ligado à mãe, que tinha não apenas de alimentá-lo, como também cuidava dele sem qualquer ajuda externa. Esse bom menino, contudo, tinha o hábito ocasional e perturbador de apanhar quaisquer objetos que pudesse agarrar e atirá-los longe para um canto, sob a cama, de maneira que procurar seus brinquedos e apanhá-los, quase sempre dava bom trabalho. Enquanto procedia assim, emitia um longo e arrastado 'o-o-o-ó', acompanhado por expressão de interesse e satisfação. Sua mãe e o autor do presente relato concordaram em achar que isso não constituía uma simples interjeição, mas representava a palavra alemã 'fort'. Acabei por compreender que se tratava de um jogo e que o único uso que o menino fazia de seus brinquedos, era brincar de 'ir embora' com eles. Certo dia, fiz uma observação que confirmou meu ponto de vista. O menino tinha um carretel de madeira com um pedaço de cordão amarrado em volta dele. Nunca lhe ocorrera puxá-lo pelo chão atrás de si, por exemplo, e brincar com o carretel como se fosse um carro. O que ele fazia era segurar o carretel pelo cordão e com muita perícia arremessá-lo por sobre a borda de sua caminha encortinada, de maneira que aquele desaparecia por entre as cortinas, ao mesmo tempo que o menino proferia seu expressivo 'o-o-o-ó'. Puxava então o carretel para fora da cama novamente, por meio do cordão, e saudava o seu reaparecimento com um alegre 'da' ('ali'). Essa, então, era a brincadeira completa: desaparecimento e retorno. Via de regra, assistia-se apenas a seu primeiro ato, que era incansavelmente repetido como um jogo em si mesmo, embora não haja dúvida de que o prazer maior se ligava ao segundo ato.

A interpretação do jogo tornou-se então óbvia. Ele se relacionava à grande realização cultural da criança, a renúncia instintual (isto é, a renúncia à satisfação instintual) que efetuara ao deixar a mãe ir embora sem protestar. Compensava-se por isso, por assim dizer, encenando ele próprio o desaparecimento e a volta dos objetos que se encontravam a seu alcance. É naturalmente indiferente, do ponto de vista de ajuizar a natureza efetiva do jogo, saber se a própria criança o inventara ou o tirara de alguma sugestão externa. Nosso interesse se dirige para outro ponto. A criança não pode ter sentido a partida da mãe como algo agradável ou mesmo indiferente. Como, então, a repetição dessa experiência aflitiva, enquanto jogo, harmonizava-se com o princípio de prazer? Talvez se possa responder que a partida dela tinha de ser encenada como preliminar necessária a seu alegre retorno, e que neste último residia o verdadeiro propósito do jogo. Mas contra isso deve-se levar em conta o fato observado de o primeiro ato, o da partida, ser encenado como um jogo em si mesmo, e com muito mais freqüência do que o episódio na íntegra, com seu final agradável.

Nenhuma decisão certa pode ser alcançada pela análise de um caso isolado como esse. De um ponto de vista não preconcebido, fica-se com a impressão de que a criança transformou sua experiência em jogo devido a outro motivo. No início, achava-se numa situação *passiva*, era dominada pela experiência; repetindo-a, porém, por mais desagradável que fosse, como jogo, assumia papel ativo. Esses esforços podem ser atribuídos a um instinto de dominação que atuava independentemente de a lembrança em si mesma ser agradável ou não. Mas uma outra interpretação ainda pode ser tentada. Jogar longe o objeto, de maneira a que fosse 'embora', poderia satisfazer um impulso da criança, suprimido na vida real, de vingar-se da mãe por afastar-se dela. Nesse caso, possuiria significado desafiador: 'Pois bem, então: vá embora! Não preciso de você. Sou eu que estou mandando você embora.' Um ano mais tarde, o mesmo menino que eu observara em seu primeiro jogo, costumava agarrar um brinquedo, se estava zangado com este, e jogá-lo ao chão, exclamando: 'Vá para a frente!' Escutara nessa época que o pai ausente se encontrava 'na frente (de batalha)', e o menino estava longe de lamentar

sua ausência, pelo contrário, deixava bastante claro que não tinha desejo de ser perturbado em sua posse exclusiva da mãe. Conhecemos outras crianças que gostavam de expressar impulsos hostis semelhantes lançando longe de si objetos, em vez de peessoas. Assim, ficamos em dúvida quanto a saber se o impulso para elaborar na mente alguma experiência de dominação, de modo a tornar-se senhor dela, pode encontrar expressão como um evento primário e independentemente do princípio de prazer. Isso porque, no caso que acabamos de estudar, a criança, afinal de contas, só foi capaz de repetir sua experiência desagradável na brincadeira porque a repetição trazia consigo uma produção de prazer de outro tipo, uma produção mais direta.

Não seremos auxiliados em nossa hesitação entre esses dois pontos de vista por outras considerações sobre brincadeiras infantis. É claro que em suas brincadeiras as crianças repetem tudo que lhes causou uma grande impressão na vida real, e assim procedendo, ab-reagem a intensidade da impressão, tornando-se, por assim dizer, senhoras da situação. Por outro lado, porém, é óbvio que todas as suas brincadeiras são influenciadas por um desejo que as domina o tempo todo: o desejo de crescer e poder fazer o que as pessoas crescidas fazem. Pode-se também observar que a natureza desagradável de uma experiência nem sempre a torna inapropriada para a brincadeira. Se o médico examina a garganta de uma criança ou faz nela alguma pequena intervenção, podemos estar inteiramente certos de que essas assustadoras experiências serão tema da próxima brincadeira; contudo, não devemos, quanto a isso, desprezar o fato de existir uma produção de prazer provinda de outra fonte. Quando a criança passa da passividade da experiência para a atividade do jogo, transfere a experiência desagradável para um de seus companheiros de brincadeira e, dessa maneira, vinga-se num substituto.

Todavia, decorre desse exame que não há necessidade de supor a existência de um instinto imitativo especial para fornecer um motivo para a brincadeira. Finalmente, em acréscimo, pode-se lembrar que a representação e a imitação artísticas efetuadas por adultos, as quais, diferentemente daquelas das crianças, se dirigem a uma audiência, não poupam aos espectadores (como na tragédia, por exemplo) as mais penosas experiências, e, no entanto, podem ser por eles sentidas como altamente prazerosas. Isso constitui prova convincente de que, mesmo sob a dominância do princípio de prazer, há maneiras e meios suficientes para tornar o que em si mesmo é desagradável num tema a ser rememorado e elaborado na mente. A consideração desses casos e situações, que têm a produção de prazer como seu resultado final, deve ser empreendida por algum sistema de estética com uma abordagem econômica a seu tema geral. Eles não têm utilidade para *nossos fins*, pois pressupõem a existência e a dominância do princípio de prazer; não fornecem provas do funcionamento de tendências *além* do princípio de prazer, ou seja, de tendências mais primitivas do que ele e dele independentes.

III

Vinte e cinco anos de intenso trabalho tiveram por resultado que os objetivos imediatos da psicanálise sejam hoje inteiramente diferentes do que eram no começo. A princípio, o médico que analisava não podia fazer mais do que descobrir o material inconsciente oculto para o paciente, reuni-lo e no momento oportuno comunicá-lo a este. A psicanálise era então, primeiro e acima de tudo, uma arte interpretativa. Uma vez que isso não solucionava o problema terapêutico, um outro objetivo rapidamente surgiu à vista: obrigar o paciente a confirmar a construção teórica do analista com sua própria memória. Nesse esforço, a ênfase principal reside nas resistências do paciente: a arte consistia então em descobri-las tão rapidamente quanto possível, apontando-as ao paciente e induzindo-o, pela influência humana — era aqui que a sugestão, funcionando como 'transferência', desempenhava seu papel —, a abandonar suas resistências.

Contudo, tornou-se cada vez mais claro que o objetivo que fora estabelecido — que o inconsciente deve tornar-se consciente — não era completamente atingível através desse método. O paciente não pode recordar a totalidade do que nele se acha reprimido, e o que não lhe é possível recordar pode ser exatamente a parte essencial. Dessa maneira, ele não adquire nenhum sentimento de convicção da correção da construção teórica que lhe foi comunicada. É obrigado a *repetir* o material reprimido como se fosse uma experiência contemporânea, em vez de, como o médico preferiria ver, *recordá-lo* como algo pertencente ao passado. Essas reproduções, que surgem com tal exatidão indesejada, sempre têm como tema alguma parte da vida sexual infantil, isto é, do complexo de Édipo, e de seus derivativos, e são invariavelmente atuadas (*acted out*) na esfera da transferência, da relação do paciente com o médico. Quando as coisas atingem essa etapa, pode-se dizer que a neurose primitiva foi então substituída por outra nova, pela 'neurose de transferência'. O médico empenha-se por manter essa neurose de transferência dentro dos limites mais restritos; forçar tanto quanto possível o canal da memória, e permitir que surja como repetição o mínimo possível. A proporção entre o que é lembrado e o que é reproduzido varia de caso para caso. O médico não pode, via de regra, poupar ao paciente essa face do tratamento. Deve fazê-lo reexperimentar alguma parte de sua vida esquecida, mas deve também cuidar, por outro lado, que o paciente retenha certo grau de alheamento, que lhe permitirá, a despeito de tudo, reconhecer que aquilo que parece ser realidade é, na verdade, apenas reflexo de um passado esquecido. Se isso puder ser conseguido com êxito, o sentimento de convicção do paciente será conquistado, juntamente com o sucesso terapêutico que dele depende.

A fim de tornar mais fácil a compreensão dessa 'compulsão à repetição' que surge durante o tratamento psicanalítico dos neuróticos, temos acima de tudo de livrar-nos da noção equivocada de que aquilo com que estamos lidando em nossa luta contra as resistências seja uma resistência por parte do *inconsciente*. O inconsciente, ou seja, o 'reprimido', não oferece resistência alguma aos esforços do tratamento. Na verdade, ele próprio não se esforça por outra coisa que não seja irromper através da pressão que sobre ele pesa, e abrir seu caminho à consciência ou a uma descarga por meio de alguma ação real. A resistência durante o tratamento origina-se dos mesmos estratos e sistemas mais elevados da mente que originalmente provocaram a repressão. Mas o fato de, como sabemos pela experiência, os motivos das resistências e, na verdade, as próprias resistências serem a princípio inconscientes durante o tratamento, é-nos uma sugestão para que corrijamos uma deficiência de nossa terminologia. Evitaremos a falta de clareza se fizermos nosso contraste não entre o consciente e o inconsciente, mas entre o ego coerente e o *reprimido*. É certo que grande parte do ego é, ela própria, inconsciente, e notavelmente aquilo que podemos descrever como seu núcleo; apenas pequena parte dele se acha abrangida pelo termo 'pré-consciente'. Havendo substituído uma terminologia puramente descritiva por outra sistemática e dinâmica, podemos dizer que as resistências do paciente originam-se do ego, e então imediatamente perceberemos que a compulsão à repetição deve ser atribuída ao reprimido inconsciente. Parece provável que a compulsão só possa expressar-se depois que o trabalho do tratamento avançou a seu encontro até a metade do caminho e que afrouxou a repressão.

Não há dúvida de que a resistência do ego consciente e inconsciente funciona sob a influência do princípio de prazer; ela busca evitar o desprazer que seria produzido pela liberação do reprimido. Nossos esforços, por outro lado, dirigem-se no sentido de conseguir a tolerância desse desprazer por um apelo ao princípio de realidade. Mas, como se acha a compulsão à repetição — a manifestação do poder do reprimido — relacionada com o princípio de prazer? É claro que a maior parte do que é reexperimentado sob a compulsão à repetição, deve causar desprazer ao ego, pois traz à luz as atividades dos impulsos instintuais reprimidos. Isso, no entanto, constitui desprazer de uma espécie que já consideramos e que não contradiz o princípio de prazer: desprazer

para um dos sistemas e, simultaneamente, satisfação para outro. Contudo, chegamos agora a um fato novo e digno de nota, a saber, que a compulsão à repetição também rememora do passado experiências que não incluem possibilidade alguma de prazer e que nunca, mesmo há longo tempo, trouxeram satisfação, mesmo para impulsos instintuais que desde então foram reprimidos.

O florescimento precoce da vida sexual infantil está condenado à extinção porque seus desejos são incompatíveis com a realidade e com a etapa inadequada de desenvolvimento a que a criança chegou. Esse florescimento chega ao fim nas mais aflitivas circunstâncias e com o acompanhamento dos mais penosos sentimentos. A perda do amor e o fracasso deixam atrás de si um dano permanente à autoconsideração, sob a forma de uma cicatriz narcisista, o que, em minha opinião, bem como na de Marciniowski (1918), contribui mais do que qualquer outra coisa para o 'sentimento de inferioridade', tão comum aos neuróticos. As explorações sexuais infantis, às quais seu desenvolvimento físico impõe limites, não conduzem a nenhuma conclusão satisfatória; daí as queixas posteriores, tais como 'Não consigo realizar nada; não tenho sucesso em nada'. O laço da afeição, que via de regra liga a criança ao genitor do sexo oposto, sucumbe ao desapontamento, a uma vã expectativa de satisfação, ou ao ciúme pelo nascimento de um novo bebê, prova inequívoca da infidelidade do objetivo da afeição da criança. Sua própria tentativa de fazer um bebê, efetuada com trágica seriedade, fracassa vergonhosamente. A menor quantidade de afeição que recebe, as exigências crescentes da educação, palavras duras e um castigo ocasional mostram-lhe por fim toda a extensão do desdém que lhe concederam. Estes são alguns exemplos típicos e constantemente recorrentes das maneiras pelas quais o amor característico da idade infantil é levado a um término.

Os pacientes repetem na transferência todas essas situações indesejadas e emoções penosas, revivendo-as com a maior engenhosidade. Procuram ocasionar a interrupção do tratamento enquanto este ainda se acha incompleto; imaginam sentir-se desprezados mais uma vez, obrigam o médico a falar-lhes severamente e a tratá-los friamente; descobrem objetos apropriados para seu ciúme; em vez do nenê apaixonadamente desejado de sua infância, produzem um plano ou a promessa de algum grande presente, que em regra se mostra não menos irreal. Nenhuma dessas coisas pode ter produzido prazer no passado, e poder-se-ia supor que causariam menos desprazer hoje se emergissem como lembranças ou sonhos, em vez de assumirem a forma de experiências novas. Constituem, naturalmente, as atividades de instintos destinados a levar à satisfação, mas nenhuma lição foi aprendida da antiga experiência de que essas atividades, ao contrário, conduziram apenas ao desprazer. A despeito disso, são repetidas, sob a pressão de uma compulsão.

O que a psicanálise revela nos fenômenos de transferência dos neuróticos, também pode ser observado nas vidas de certas pessoas normais. A impressão que dão é de serem perseguidas por um destino maligno ou possuídas por algum poder 'demoníaco'; a psicanálise, porém, sempre foi de opinião de que seu destino é, na maior parte, arranjado por elas próprias e determinado por influências infantis primitivas. A compulsão que aqui se acha em evidência não difere em nada da compulsão à repetição que encontramos nos neuróticos, ainda que as pessoas que agora estamos considerando nunca tenham mostrado quaisquer sinais de lidarem com um conflito neurótico pela produção de sintomas. Assim, encontramos pessoas em que todas as relações humanas têm o mesmo resultado, tal como o benfeitor que é abandonado iradamente, após certo tempo, por todos os seus *protegés*, por mais que eles possam, sob outros aspectos, diferir uns dos outros, parecendo assim condenado a provar todo o amargor da ingratidão; o homem cujas amizades findam por uma traição por parte do amigo; o homem que, repetidas vezes, no decorrer da vida, eleva outrem a uma posição de grande autoridade particular ou pública e depois, após certo intervalo, subverte essa autoridade e a substitui

por outra nova; ou, ainda, o amante cujos casos amorosos com mulheres atravessam as mesmas fases e chegam à mesma conclusão. Essa 'perpétua recorrência da mesma coisa' não nos causa espanto quando se refere a um comportamento *ativo* por parte da pessoa interessada, e podemos discernir nela um traço de caráter essencial, que permanece sempre o mesmo, sendo compelido a expressar-se por uma repetição das mesmas experiências. Ficamos muito mais impressionados nos casos em que o sujeito parece ter uma experiência *passiva*, sobre a qual não possui influência, mas nos quais se defronta com uma repetição da mesma fatalidade. É o caso, por exemplo, da mulher que se casou sucessivamente com três maridos, cada um dos quais caiu doente logo depois e teve que ser cuidado por ela em seu leito de morte. O retrato poético mais comovente de um destino assim foi pintado por Tasso em sua epopéia romântica *Gerusalemme Liberata*. Seu herói, Tancredo, inadvertidamente mata sua bem amada Clorinda num duelo, estando ela disfarçada sob a armadura de um cavaleiro inimigo. Após o enterro, abre caminho numa estranha floresta mágica que aterroriza o exército dos Cruzados. Com a espada faz um talho numa árvore altaneira, mas do corte é sangue que escorre e a voz de Clorinda, cuja alma está aprisionada na árvore, é ouvida a lamentar-se que mais uma vez ele feriu sua amada.

Se levarmos em consideração observações como essas, baseadas no comportamento, na transferência e nas histórias da vida de homens e mulheres, não só encontraremos coragem para supor que existe realmente na mente uma compulsão à repetição que sobrepuja o princípio de prazer, como também ficaremos agora inclinados a relacionar com essa compulsão os sonhos que ocorrem nas neuroses traumáticas e o impulso que leva as crianças a brincar.

Contudo, é de notar que apenas em raros casos podemos observar os motivos puros da compulsão à repetição, desapoitados por outros motivos. No caso da brincadeira das crianças, já demos ênfase às outras maneiras pelas quais o surgimento da compulsão pode ser interpretado; aqui, a compulsão à repetição e a satisfação instintual que é imediatamente agradável, parecem convergir em associação íntima. Os fenômenos da transferência são obviamente explorados pela resistência que o ego mantém em sua pertinaz insistência na repressão; a compulsão à repetição, que o tratamento tenta colocar a seu serviço, é, por assim dizer, arrastada pelo ego para o lado *dele* (aferrando-se, como faz o ego, ao princípio de prazer). Grande parte do que poderia ser descrito como compulsão do destino parece inteligível numa base racional, de maneira que não temos necessidade de convocar uma nova e misteriosa força motivadora para explicá-la.

O exemplo menos dúbio [de tal força motivadora] é talvez o dos sonhos traumáticos. Numa reflexão mais amadurecida, porém, seremos forçados a admitir que, mesmo nos outros casos, nem todo o campo é abrangido pelo funcionamento das familiares forças motivadoras. Resta inexplicado o bastante para justificar a hipótese de uma compulsão à repetição, algo que parece mais primitivo, mais elementar e mais instintual do que o princípio de prazer que ela domina. Mas, se uma compulsão à repetição opera *realmente* na mente, ficaríamos satisfeitos em conhecer algo sobre ela, aprender a que função corresponde, sob que condições pode surgir e qual é sua relação com o princípio de prazer, ao qual, afinal de contas, até agora atribuímos dominância sobre o curso dos processos de excitação na vida mental.

IV

O que se segue é especulação, amiúde especulação forçada, que o leitor tomará em consideração ou porá de lado, de acordo com sua predileção individual. É mais uma tentativa de acompanhar uma idéia sistematicamente, só por curiosidade de ver até onde ela levará.

A especulação psicanalítica toma como ponto de partida a impressão, derivada do exame dos processos inconscientes, de que a consciência pode ser, não o atributo mais universal dos processos mentais, mas apenas uma função especial deles. Falando em termos metapsicológicos, assevera que a consciência constitui função de um sistema específico que descreve como Cs. O que a consciência produz consiste essencialmente em percepções de excitação providas do mundo externo e de sentimentos de prazer e desprazer que só podem surgir do interior do aparelho psíquico; assim, é possível atribuir ao sistema Pcpt.-Cs. uma posição no espaço. Ele deve ficar na linha fronteira entre o exterior e o interior; tem de achar-se voltado para o mundo externo e tem de envolver os outros sistemas psíquicos. Ver-se-á que não existe nada de ousadamente novo nessas suposições; adotamos simplesmente as concepções sobre localização sustentadas pela anatomia cerebral, que localiza a 'sede' da consciência no córtex cerebral, a camada mais externa, envolvente do órgão central. A anatomia cerebral não tem necessidade de considerar por que, anatomicamente falando, a consciência deva alojar-se na superfície do cérebro, em vez de encontrar-se seguramente abrigada em algum lugar de seu mais íntimo interior. Talvez nós sejamos mais bem-sucedidos em explicar essa situação, no caso de nosso sistema Pcpt.-Cs.

A consciência não é o único caráter distintivo que atribuímos aos processos desse sistema. Com base em impressões derivadas de nossa experiência psicanalítica, supomos que todos os processos excitatórios que ocorrem nos outros sistemas deixam atrás de si traços permanentes, os quais formam os fundamentos da memória. Tais traços de memória, então, nada têm a ver com o fato de se tornarem conscientes; na verdade, com frequência são mais poderosos e permanentes quando o processo que os deixou atrás de si foi um processo que nunca penetrou na consciência. Achamos difícil acreditar, contudo, que traços permanentes de excitação como esses sejam também deixados no sistema Pcpt.-Cs. Se permanecessem constantemente conscientes, muito cedo estabeleceriam limites à aptidão do sistema para o recebimento de novas excitações. Se, por outro lado, fossem inconscientes, nos defrontaríamos com o problema de explicar a existência de processos inconscientes num sistema cujo funcionamento, sob outros aspectos, se faz acompanhar pelo fenômeno da consciência. Não teríamos, por assim dizer, nem alterado nem ganho nada com nossa hipótese de relegar o processo de tornar-se consciente a um sistema especial. Embora essa consideração de modo algum seja conclusiva, leva-nos não obstante a suspeitar de que tornar-se consciente e deixar atrás de si um traço de memória, são processos incompatíveis um com o outro dentro de um só e mesmo sistema. Assim, poderíamos dizer que o processo excitatório se torna consciente no sistema Cs., mas não deixa traço permanente atrás de si; a excitação, porém, é transmitida aos sistemas que ficam a seguir e é *neles* que seus traços são deixados. Segui essas mesmas linhas no quadro esquemático que incluí na parte especulativa de minha Interpretação de Sonhos. Deve-se manter em mente que muito pouco se conhece sobre outras fontes de origem da consciência; dessa maneira, quando formulamos a proposição de que a *consciência surge em vez de um traço de memória*, a assertiva merece consideração, pelo menos com o fundamento de que é estruturada em termos bastante precisos.

Se isso é assim, então, o sistema Cs. se caracteriza pela peculiaridade de que nele (em contraste com o que acontece nos outros sistemas psíquicos) os processos excitatórios não deixam atrás de si nenhuma alteração permanente em seus elementos, mas exaurem-se, por assim dizer, no fenômeno de se tornarem conscientes. Uma exceção desse tipo à regra geral exige ser explicada por algum fator que se aplique exclusivamente a esse determinado sistema. Tal fator, ausente nos outros sistemas, bem poderia ser a situação exposta do sistema Cs., imediatamente próxima, como é, do mundo externo.

Imaginemos um organismo vivo em sua forma mais simplificada possível, como uma vesícula indiferenciada de uma substância que é suscetível de estimulação. Então, a superfície voltada para o mundo externo, pela sua própria situação, se diferenciará e servirá de órgão para o recebimento de estímulos. Na verdade, a embriologia, em sua capacidade de recapituladora da história desenvolvimental, mostra-nos realmente que o sistema nervoso central se origina do ectoderma; a matéria cinzenta do córtex permanece um derivado da camada superficial primitiva do organismo e pode ter herdado algumas de suas propriedades essenciais. Seria então fácil supor que, como resultado do impacto incessante de estímulos externos sobre a superfície da vesícula, sua substância, até uma certa profundidade, pode ter sido permanentemente modificada, de maneira que os processos excitatórios nela seguem um curso diferente do seguido nas camadas mais profundas. Formar-se-ia então uma crosta que acabaria por ficar tão inteiramente 'calcinada' pela estimulação, que apresentaria as condições mais favoráveis possíveis para a recepção de estímulos e se tornaria incapaz de qualquer outra modificação. Em termos do sistema Cs. isso significa que seus elementos não poderiam mais experimentar novas modificações permanentes pela passagem da excitação, porque já teriam sido modificados, a esse respeito, até o ponto mais amplo possível; agora, contudo, se teriam tornado capazes de dar origem à consciência. É possível formar várias idéias, que não podem, de momento, ser verificadas, quanto à natureza dessa modificação da substância e do processo excitatório. Pode-se supor que, ao passar de determinado elemento para outro, a excitação tem de vencer uma resistência e que é a diminuição da resistência assim alcançada que deixa um traço permanente da excitação, isto é, uma facilitação. No sistema Cs., então, uma resistência dessa espécie à passagem de determinado elemento não mais existirá. Esse quadro pode ser relacionado com a distinção efetuada por Breuer entre energia catéxica quiescente (ou vinculada) e móvel nos elementos dos sistemas psíquicos; os elementos do sistema Cs. não conduziram energia vinculada, mas apenas energia capaz de descarga livre. Parece melhor, contudo, expressarmo-nos tão cautelosamente quanto possível sobre esses pontos. Não obstante, essa especulação permitiu-nos colocar a origem da consciência num certo tipo de vinculação com a situação do sistema Cs. e com as peculiaridades que devem ser atribuídas aos processos excitatórios que neles se realizam.

Contudo, temos mais a dizer sobre a vesícula viva, com sua camada cortical receptiva. Esse pequeno fragmento de substância viva acha-se suspenso no meio de um mundo externo carregado com as mais poderosas energias, e seria morto pela estimulação delas emanadas, se não dispusesse de um escudo protetor contra os estímulos. Ele adquire esse escudo da seguinte maneira: sua superfície mais externa deixa de ter a estrutura apropriada à matéria viva, torna-se até certo ponto inorgânica e, daí por diante, funciona como um envoltório ou membrana especial, resistente aos estímulos. Em conseqüência disso, as energias do mundo externo só podem passar para as camadas subjacentes seguintes, que permaneceram vivas, com um fragmento de sua intensidade original, e essas camadas podem dedicar-se, por trás do escudo protetor, à recepção das quantidades de estímulo que este deixou passar. Através de sua morte a camada exterior salvou todas as camadas mais profundas de um destino semelhante, a menos que os estímulos que a atinjam sejam tão fortes que atravessem o escudo protetor. A *proteção contra* os estímulos é, para os organismos vivos, uma função quase mais importante do que a recepção deles. O escudo protetor é suprido com seu próprio estoque de energia e deve, acima de tudo, esforçar-se por preservar os modos especiais de transformação de energia que nele operam, contra os efeitos ameaçadores das enormes energias em ação no mundo externo, efeitos que tendem para o nivelamento deles e, assim, para a destruição. O principal intuito da *recepção* de estímulos é descobrir a direção e a natureza dos estímulos externos; para isso, é suficiente apanhar pequenos espécimes do mundo externo, para classificá-lo em pequenas quantidades. Nos

organismos altamente desenvolvidos, a camada cortical receptiva da antiga vesícula há muito tempo já se retirou para as profundezas do corpo, embora partes dela tenham sido deixadas sobre a superfície, imediatamente abaixo do escudo geral contra os estímulos. Essas partes são os órgãos dos sentidos, que consistem essencialmente em aparelhos para a recepção de certos efeitos específicos de estimulação, mas que também incluem disposições especiais para maior proteção contra quantidades excessivas de estimulação e para a exclusão de tipos inapropriados de estímulos. É característico deles tratarem apenas com quantidades muito pequenas de estimulação externa e apenas apanharem *amostras* do mundo externo. Podem ser talvez comparados a tentáculos que estão sempre efetuando avanços experimentais no sentido do mundo externo, e então retirando-se dele.

Nesse ponto, aventurar-me-ei a aflorar por um momento um assunto que mereceria tratamento mais exaustivo. Em consequência de certas descobertas psicanalíticas, encontramos hoje em posição de empenhar-nos num estudo do teorema kantiano segundo o qual tempo e espaço são 'formas necessárias de pensamento'. Aprendemos que os processos mentais inconscientes são, em si mesmos, 'intemporais'. Isso significa, em primeiro lugar, que não são ordenados temporalmente, que o tempo de modo algum os altera e que a idéia de tempo não lhes pode ser aplicada. Trata-se de características negativas que só podem ser claramente entendidas se se fizer uma comparação com os processos mentais *conscientes*. Por outro lado, nossa idéia abstrata de tempo parece ser integralmente derivada do método de funcionamento do sistema *Pcpt.-Cs.* e corresponder a uma percepção de sua própria parte nesse método de funcionamento, o qual pode talvez constituir uma outra maneira de fornecer um escudo contra os estímulos. Sei que essas observações devem soar muito obscuras, mas tenho de limitar-me a essas sugestões.

Indicamos como a vesícula viva está provida de um escudo contra os estímulos provenientes do mundo externo e mostramos anteriormente que a camada cortical seguinte a esse escudo deve ser diferenciada como um órgão para a recepção de estímulos do exterior. Esse córtex sensitivo, contudo, que posteriormente deve tornar-se o sistema *Cs.*, também recebe excitações desde o *interior*. A situação do sistema, entre o exterior e o interior, e a diferença entre as condições que regem a recepção de excitações nos dois casos, têm um efeito decisivo sobre o funcionamento do sistema e de todo o aparelho mental. No sentido do exterior, acha-se resguardado contra os estímulos, e as quantidades de excitação que sobre ele incidem possuem apenas efeito reduzido. No sentido do interior, não pode haver esse escudo; as excitações das camadas mais profundas estendem-se para o sistema diretamente e em quantidade não reduzida, até onde algumas de suas características dão origem a sentimentos da série prazer-desprazer. As excitações que provêm de dentro, entretanto, em sua intensidade e em outros aspectos qualitativos — em sua amplitude, talvez —, são mais comensuradas com o método de funcionamento do sistema do que os estímulos que afluem desde o mundo externo. Esse estado de coisas produz dois resultados definidos. Primeiramente, os sentimentos de prazer e desprazer (que constituem um índice do que está acontecendo no interior do aparelho) predominam sobre todos os estímulos externos. Em segundo lugar, é adotada uma maneira específica de lidar com quaisquer excitações internas que produzam um aumento demasiado grande de desprazer; há uma tendência a tratá-las como se atuassem, não de dentro, mas de fora, de maneira que seja possível colocar o escudo contra estímulos em operação, como meio de defesa contra elas. É essa a origem da *projeção*, destinada a desempenhar um papel tão grande na causação dos processos patológicos.

Tenho a impressão de que essas últimas considerações nos levaram a uma melhor compreensão da dominância do princípio de prazer, mas ainda não se lançou luz alguma sobre os casos que contradizem essa dominância. Assim, avancemos um passo.

Descrevemos como 'traumáticas' quaisquer excitações provindas de fora que sejam suficientemente poderosas para atravessar o escudo protetor. Parece-me que o conceito de trauma implica necessariamente uma conexão desse tipo com uma ruptura numa barreira sob outros aspectos eficazes contra os estímulos. Um acontecimento como um trauma externo está destinado a provocar um distúrbio em grande escala no funcionamento da energia do organismo e a colocar em movimento todas as medidas defensivas possíveis. Ao mesmo tempo, o princípio de prazer é momentaneamente posto fora de ação. Não há mais possibilidade de impedir que o aparelho mental seja inundado com grandes quantidades de estímulos; em vez disso, outro problema surge, o problema de dominar as quantidades de estímulo que irromperam, e de vinculá-las no sentido psíquico, a fim de que delas se possa então desvencilhar.

O desprazer específico do sofrimento físico provavelmente resulta de que o escudo protetor tenha sido atravessado numa área limitada. Dá-se então um fluxo contínuo de excitações desde a parte da periferia relacionada até o aparelho central da mente, tal como normalmente surgiria apenas desde o *interior* do aparelho. E como esperamos que a mente reaja a essa invasão? A energia catéxica é convocada de todos os lados para fornecer catexias suficientemente altas de energia nos arredores da ruptura. Uma 'anticatexia' em grande escala é estabelecida, em cujo benefício todos os outros sistemas psíquicos são empobrecidos, de maneira que as funções psíquicas remanescentes são grandemente paralisadas ou reduzidas. Devemos empenhar-nos em extrair uma lição de exemplos como esse e utilizá-los como base para nossas especulações metapsicológicas. Do presente caso, então, inferimos que um sistema que é altamente catexizado é capaz de receber um influxo adicional de energia nova e de convertê-la em catexia quiescente, isso é, de vinculá-la psiquicamente. Quanto mais alta a própria catexia quiescente do sistema, maior parece ser a sua força vinculadora; inversamente, entretanto, quanto mais baixa a catexia, menos capacidade terá para receber o influxo de energia e mais violentas serão as conseqüências de tal ruptura no escudo protetor contra estímulos. A essa concepção não se pode corretamente objetar que o aumento de catexia em redor da ruptura pode ser mais simplesmente explicado como sendo o resultado direto das massas afluentes de excitação. Se assim fosse, o aparelho mental meramente receberia um aumento em suas catexias de energia, e o caráter paralisante do sofrimento e o empobrecimento de todos os outros sistemas permaneceriam inexplicados. Tampouco os fenômenos muito violentos de descarga a que o sofrimento dá origem influenciam nossa explicação, porque ocorrem de maneira reflexa, ou seja, decorrem sem a intervenção do aparelho mental. A indefinição de todas as nossas discussões sobre o que descrevemos como metapsicologia, é naturalmente devida ao fato de nada sabermos sobre a natureza do processo excitatório que se efetua nos elementos dos sistemas psíquicos, e ao fato de não nos sentirmos justificados em estruturar qualquer hipótese sobre o assunto. Por conseguinte, ficamos operando todo o tempo com um grande fator desconhecido, que somos obrigados a transportar para cada nova fórmula. Poder-se-ia razoavelmente supor que esse processo excitatório possa ser executado com energias que *variam quantitativamente*; pode também parecer provável que ele tenha mais do que uma só *qualidade* (da natureza da amplitude, por exemplo). Como novo fator, tomamos em consideração a hipótese de Breuer de que as cargas de energia ocorrem sob duas formas [ver em [1] e [2]], de maneira que temos de distinguir entre dois tipos de catexia dos sistemas psíquicos ou seus elementos: uma catexia que flui livremente e pressiona no sentido da descarga e uma catexia quiescente. Podemos talvez suspeitar de que a vinculação da energia que flui para dentro do aparelho mental consiste em sua mudança de um estado de fluxo livre para um estado quiescente.

Podemos, acredito, atrever-nos experimentalmente a considerar a neurose traumática comum como conseqüência de uma grande ruptura que foi causada no escudo protetor contra os estímulos. Isso pareceria restabelecer a antiga e ingênua teoria do

choque, em aparente contraste com a teoria posterior e psicologicamente mais ambiciosa que atribuiu importância etiológica não aos efeitos da violência mecânica, mas ao susto e à ameaça à vida. Esses pontos de vista opostos não são, entretanto, irreconciliáveis, nem tampouco a concepção psicanalítica das neuroses traumáticas é idêntica à teoria do choque em sua forma mais grosseira. Esta última considera a essência do choque como sendo o dano direto à estrutura molecular ou mesmo à estrutura histológica dos elementos do sistema nervoso, ao passo que aquilo que *nós* procuramos compreender são os efeitos produzidos sobre o órgão da mente pela ruptura do escudo contra estímulos e pelos problemas que se seguem em sua esteira. E atribuímos ainda importância ao elemento de susto. Ele é causado pela falta de qualquer preparação para a ansiedade, inclusive a falta de hipercatexia dos sistemas que seriam os primeiros a receber o estímulo. Devido à sua baixa catexia, esses sistemas não se encontram em boa posição para vincular as quantidades afluentes de excitação, e as consequências da ruptura no escudo defensivo decorrem mais facilmente ainda. Ver-se-á, então, que a preparação para a ansiedade e a hipercatexia dos sistemas receptivos constitui a última linha de defesa do escudo contra estímulos. No caso de bom número de traumas, a diferença entre sistemas que estão despreparados e sistemas que se acham bem preparados através da hipercatexia, pode constituir fator decisivo na determinação do resultado, embora, onde a intensidade do trauma exceda certo limite, esse fator indubitavelmente deixe de ter importância. A realização de desejo é, como sabemos, ocasionada de maneira alucinatória pelos sonhos e sob a dominância do princípio de prazer tornou-se função deles. Mas não é a serviço desse princípio que os sonhos dos pacientes que sofrem de neuroses traumáticas nos conduzem de volta, com tal regularidade, à situação em que o trauma ocorreu. Podemos antes supor que aqui os sonhos estão ajudando a executar outra tarefa, a qual deve ser realizada antes que a dominância do princípio de prazer possa mesmo começar. Esses sonhos esforçam-se por dominar retrospectivamente o estímulo, desenvolvendo a ansiedade cuja omissão constituiu a causa da neurose traumática. Concedem-nos assim a visão de uma função do aparelho mental, visão que, embora não contradiga o princípio de prazer, é sem embargo independente dele, parecendo ser mais primitiva do que o intuito de obter prazer e evitar desprazer.

Esse, então, pareceria ser o lugar para, pela primeira vez, admitir uma exceção à proposição de que os sonhos são realizações de desejos. Os sonhos de ansiedade, como repetida e pormenorizadamente demonstrei, não oferecem essa exceção, nem tampouco o fazem os 'sonhos de castigo', porque eles simplesmente substituem a realização de desejo proibida pela punição adequada a ela, isto é, realizam o desejo do sentimento de culpa que é a reação ao impulso repudiado. É, porém, impossível classificar como realizações de desejos os sonhos que estivemos debatendo e que ocorrem nas neuroses traumáticas, ou os sonhos tidos durante as psicanálises, os quais trazem à lembrança os traumas psíquicos da infância. Eles surgem antes em obediência à compulsão à repetição, embora seja verdade que, na análise, essa compulsão é apoiada pelo desejo (incentivado pela 'sugestão') de conjurar o que foi esquecido e reprimido. Dessa maneira, pareceria que a função dos sonhos, que consiste em afastar quaisquer motivos que possam interromper o sono, através da realização dos desejos dos impulsos perturbadores, não é a sua função *original*. Não lhes seria possível desempenhar essa função até que a totalidade da vida mental houvesse aceito a dominância do princípio de prazer. Se existe um 'além do princípio de prazer', é coerente conceber que houve também uma época anterior em que o intuito dos sonhos foi a realização de desejos. Isso não implicaria numa negação de sua função posterior, mas, uma vez rompida a regra geral, surge uma outra questão. Não podem os sonhos que, com vistas à sujeição psíquica de impressões traumáticas, obedecem à compulsão à repetição, não podem

esses sonhos, perguntamos, ocorrer fora da análise também? E a resposta só pode ser uma afirmativa decidida.

Argumentei em outra parte que as 'neuroses de guerra' (até onde essa expressão implica algo mais do que uma referência às circunstâncias do desencadeamento da doença) podem muito bem ser neuroses traumáticas que foram facilitadas por um conflito no ego. O fato a que me referi em [1], o de que um grande dano físico causado simultaneamente pelo trauma diminui as possibilidades de que uma neurose se desenvolva, torna-se inteligível se tivermos em mente dois fatos que foram enfatizados pela pesquisa psicanalítica: primeiramente, que a agitação mecânica deve ser reconhecida como uma das fontes de excitação sexual e, em segundo lugar, que moléstias penosas e febris exercem um poderoso efeito, enquanto perduram, sobre a distribuição da libido. Assim, por um lado, a violência mecânica do trauma liberaria uma quantidade de excitação sexual que, devido à falta de preparação para a ansiedade, teria um efeito traumático, mas, por outro lado, o dano físico simultâneo, exigindo uma hipercatexia narcisista do órgão prejudicado, sujeitaria o excesso de excitação. É também bem conhecido, embora a teoria da libido ainda não tenha feito uso suficiente do fato, que distúrbios graves na distribuição da libido, tal como a melancolia, são temporariamente interrompidos por uma moléstia orgânica intercorrente, e, na verdade, que mesmo uma condição plenamente desenvolvida de demência precoce é capaz de remissão temporária nessas mesmas circunstâncias.

V

O fato de a camada cortical que recebe os estímulos achar-se sem qualquer escudo protetor contra as excitações provindas do interior deve ter como resultado que essas últimas transmissões de estímulos possuam uma preponderância em importância econômica e amiúde ocasionem distúrbios econômicos comparáveis às neuroses traumáticas. As mais abundantes fontes dessa excitação interna são aquilo que é descrito como os 'instintos' do organismo, os representantes de todas as forças que se originam no interior do corpo e são transmitidas ao aparelho mental, desde logo o elemento mais importante e obscuro da pesquisa psicológica.

Não se pensará que é precipitado demais supor que os impulsos que surgem dos instintos não pertencem ao tipo dos processos nervosos *vinculados*, mas sim ao de processos *livremente móveis*, que pressionam no sentido da descarga. A maior parte do que sabemos desses processos deriva de nosso estudo sobre a elaboração onírica. Nela descobrimos que os processos dos sistemas inconscientes eram fundamentalmente diferentes dos existentes nos sistemas pré-conscientes (ou conscientes). No inconsciente, as catexias podem com facilidade ser completamente transferidas, deslocadas e condensadas. Tal tratamento, no entanto, produziria apenas resultados não-válidos se fosse aplicado ao material pré-consciente, e isso explica as familiares peculiaridades apresentadas pelos sonhos manifestos depois que os resíduos pré-conscientes do dia anterior foram elaborados de acordo com as leis que operam no inconsciente. Descrevi o tipo de processo encontrado no inconsciente como sendo o processo psíquico 'primário', em contraposição com o processo 'secundário', que é o que impera em nossa vida de vigília normal. Visto que todos os impulsos instintuais têm os sistemas inconscientes como seu ponto de impacto, quase não constitui novidade dizer que eles obedecem ao processo primário. É fácil ainda identificar o processo psíquico primário com a catexia livremente móvel de Breuer, e o processo secundário, com alterações em sua catexia vinculada ou tônica. Se assim é, seria tarefa dos estratos mais elevados do aparelho mental sujeitar a excitação instintual que atinge o processo primário. Um fracasso em efetuar essa sujeição provocaria um distúrbio análogo a uma neurose traumática, e somente após haver sido efetuada é que seria possível à dominância do princípio de

prazer (e de sua modificação, o princípio de realidade) avançar sem obstáculo. Até então, a outra tarefa do aparelho mental, a tarefa de dominar ou sujeitar as excitações, teria precedência, não, na verdade, em oposição ao princípio de prazer, mas independentemente dele e, até certo ponto, desprezando-o.

As manifestações de uma compulsão à repetição (que descrevemos como ocorrendo nas primeiras atividades da vida mental infantil, bem como entre os eventos do tratamento psicanalítico) apresentam em alto grau um caráter instintual e, quando atuam em oposição ao princípio de prazer, dão a aparência de alguma força 'demoníaca' em ação. No caso da brincadeira, parece que percebemos que as crianças repetem experiências desagradáveis pela razão adicional de poderem dominar uma impressão poderosa muito mais completamente de modo ativo do que poderiam fazê-lo simplesmente experimentando-a de modo passivo. Cada nova repetição parece fortalecer a supremacia que buscam. Tampouco podem as crianças ter as suas experiências *agradáveis* repetidas com frequência suficiente, e elas são inexoráveis em sua insistência de que a repetição seja idêntica. Posteriormente, esse traço de caráter desaparece. Se um chiste é escutado pela segunda vez, quase não produz efeito; uma produção teatral jamais cria, da segunda vez, uma impressão tão grande como da primeira; na verdade, é quase impossível persuadir um adulto que gostou muito de ler um livro, a relê-lo imediatamente. A novidade é sempre a condição do deleite, mas as crianças nunca se cansam de pedir a um adulto que repita um jogo que lhes ensinou ou que com elas jogou, até ele ficar exausto demais para prosseguir. E, se contarmos a uma criança uma linda história, ela insistirá em ouvi-la repetidas vezes, de preferência a escutar uma nova, e sem remorsos estipulará que a repetição seja idêntica, corrigindo quaisquer alterações de que o narrador tenha a culpa, embora, na realidade, estas possam ter sido efetuadas na esperança de obter uma nova aprovação. Nada disso contradiz o princípio de prazer: a repetição, a reexperiência de algo idêntico, é claramente, em si mesma, uma fonte de prazer. No caso de uma pessoa em análise, pelo contrário, a compulsão à repetição na transferência dos acontecimentos da infância evidentemente despreza o princípio de prazer sob todos os modos. O paciente comporta-se de modo puramente infantil e assim nos mostra que os traços de memória reprimidos de suas experiências primeiras não se encontram presentes nele em estado de sujeição, mostrando-se elas, na verdade, em certo sentido, incapazes de obedecer ao processo secundário. Além disso, é ao fato de não se acharem sujeitas, que devem sua capacidade de formar, em conjunção com os resíduos do dia anterior, uma fantasia de desejo que surge num sonho. A mesma compulsão à repetição freqüentemente se nos defronta como um obstáculo ao tratamento, quando, ao fim da análise, tentamos induzir o paciente a desligar-se completamente do médico. Pode-se supor também que, quando pessoas desfamiliarizadas com a análise sentem um medo obscuro, um temor de despertar algo que, segundo pensam, é melhor deixar adormecido, aquilo de que no fundo têm medo, é do surgimento dessa compulsão com sua sugestão de posse por algum poder 'demoníaco'.

Mas como o predicado de ser 'instintual' se relaciona com a compulsão à repetição? Nesse ponto, não podemos fugir à suspeita de que deparamos com a trilha de um atributo universal dos instintos e talvez da vida orgânica em geral que até o presente não foi claramente identificado ou, pelo menos, não explicitamente acentuado. *Parece, então que um instinto é um impulso, inerente à vida orgânica, a restaurar um estado anterior de coisas*, impulso que a entidade viva foi obrigada a abandonar sob a pressão de forças perturbadoras externas, ou seja, é uma espécie de elasticidade orgânica, ou, para dizê-lo de outro modo, a expressão da inércia inerente à vida orgânica.

Essa visão dos instintos nos impressiona como estranha porque nos acostumamos a ver neles um fator impelidor no sentido da mudança e do desenvolvimento, ao passo que agora nos pedem para reconhecer neles o exato oposto, isto é, uma expressão da

natureza *conservadora* da substância viva. Por outro lado, logo lembraremos exemplos tirados a vida animal que parecem confirmar a opinião de que os instintos são historicamente determinados. Certos peixes, por exemplo, empreendem laboriosas migrações na época da desova, a fim de depositar sua progênie em águas específicas, muito afastadas de suas regiões costumeiras. Na opinião de muitos biólogos, o que fazem é simplesmente procurar as localidades que suas espécies antigamente habitavam, mas que, no decorrer do tempo, trocaram por outras. Acredita-se que a mesma explicação se aplique aos vôos migratórios das aves de arribação, mas somos rapidamente liberados da necessidade de buscar outros exemplos pela reflexão de que as mais impressionantes provas de que há uma compulsão orgânica a repetir estão nos fenômenos da hereditariedade e nos fatos da embriologia. Vemos como o germe de um animal vivo é obrigado, no curso de sua evolução, a recapitular (mesmo se de maneira transitória e abreviada) as estruturas de todas as formas das quais se originou, em vez de avançar rapidamente, pela via mais curta, até sua forma final. Esse comportamento é, apenas em grau muito tênue, atribuível a causas mecânicas, e, por conseguinte, a explicação histórica não pode ser desprezada. Assim também o poder de regenerar um órgão perdido, fazendo crescer de novo um outro exatamente semelhante, estende-se bem acima do reino animal.

Apresentar-se-nos-á a plausível objeção de que bem pode ser que, além dos instintos de conservação que impelem à repetição, poderão existir outros que impulsionam no sentido do progresso e da produção de novas formas. Esse argumento decerto não deve ser desprezado e será levado em conta numa etapa posterior. No momento, porém, é tentador perseguir até sua conclusão lógica a hipótese de que todos os instintos tendem à restauração de um estado anterior de coisas. O resultado talvez dê a impressão de misticismo ou de falsa profundidade, mas podemos sentir-nos inocentes de ter quaisquer desses propósitos em vista. Buscamos apenas os sóbrios resultados da pesquisa ou da reflexão nela baseada, e não temos desejo algum de encontrar neles qualquer outra qualidade que não seja a certeza.

Suponhamos, então, que todos os instintos orgânicos são conservadores, que são adquiridos historicamente, e que tendem à restauração de um estado anterior de coisas. Disso decorre que os fenômenos do desenvolvimento orgânico devem ser atribuídos a influências perturbadoras e desviadoras externas. A entidade viva elementar, desde seu início, não teria desejo de mudar; se as condições permanecessem as mesmas, não faria mais do que constantemente repetir o mesmo curso de vida. Em última instância, o que deixou sua marca sobre o desenvolvimento dos organismos deve ter sido a história da Terra em que vivemos e de sua relação com o Sol. Toda modificação, assim imposta ao curso da vida do organismo, é aceita pelos instintos orgânicos conservadores e armazenada para ulterior repetição. Esses instintos, portanto, estão fadados a dar uma aparência enganadora de serem forças tendentes à mudança e ao progresso, ao passo que, de fato, estão apenas buscando alcançar um antigo objetivo por caminhos tanto velhos quanto novos. Ademais, é possível especificar esse objetivo final de todo o esforço orgânico. Estaria em contradição à natureza conservadora dos instintos que o objetivo da vida fosse um estado de coisas que jamais houvesse sido atingido. Pelo contrário, ele deve ser um estado de coisas *antigo*, um estado inicial de que a entidade viva, numa ou noutra ocasião, se afastou e ao qual se esforça por retornar através dos tortuosos caminhos ao longo dos quais seu desenvolvimento conduz. Se tomarmos como verdade que não conhece exceção o fato de tudo o que vive morrer por razões *internas*, tornar-se mais uma vez inorgânico, seremos então compelidos a dizer que '*o objetivo de toda vida é a morte*', e, voltando o olhar para trás, que '*as coisas inanimadas existiram antes das vivas*'.

Os atributos da vida foram, em determinada ocasião, evocados na matéria inanimada pela ação de uma força de cuja natureza não podemos formar concepção. Pode ter sido um processo de tipo semelhante ao que posteriormente provocou o

desenvolvimento da consciência num estrato particular da matéria viva. A tensão que então surgiu no que até aí fora uma substância inanimada se esforçou por neutralizar-se e, dessa maneira, surgiu o primeiro instinto: o instinto a retornar ao estado inanimado. Naquela época, era ainda coisa fácil a uma substância viva morrer; o curso de sua vida era provavelmente breve determinando-se sua direção pela estrutura química da jovem vida. Assim, por longo tempo talvez, a substância viva esteve sendo constantemente criada de novo e morrendo facilmente, até que influências externas decisivas se alteraram de maneira a obrigar a substância ainda sobrevivente a divergir mais amplamente de seu original curso de vida e a efetuar *détours* mais complicados antes de atingir seu objetivo de morte. Esses tortuosos caminhos para a morte, fielmente seguidos pelos instintos de conservação, nos apresentariam hoje, portanto, o quadro dos fenômenos da vida. Se sustentarmos com firmeza a natureza exclusivamente conservadora dos instintos, não poderemos chegar a nenhuma outra noção quanto à origem e ao objetivo da vida.

As implicações referentes aos grandes grupos de instintos que, segundo acreditamos, jazem por trás dos fenômenos da vida nos organismos, devem parecer não menos desnorteantes. A hipótese de instintos de autoconservação, tais como os atribuímos a todos os seres vivos, alteia-se em acentuada oposição à idéia de que a vida instintual, como um todo, sirva para ocasionar a morte. Vista sob essa luz, a importância teórica dos instintos de autoconservação, auto-afirmação e domínio diminui grandemente. Trata-se de instintos componentes cuja função é garantir que o organismo seguirá seu próprio caminho para a morte, e afastar todos os modos possíveis de retornar à existência inorgânica que não sejam os imanentes ao próprio organismo. Não temos mais de levar em conta a enigmática determinação do organismo (tão difícil de encaixar em qualquer contexto) de manter sua própria existência frente a qualquer obstáculo. O que nos resta é o fato de que o organismo deseja morrer apenas do seu próprio modo. Assim, originalmente, esses guardiães da vida eram também os lacaios da morte. Daí surgir a situação paradoxal de que o organismo vivo luta com toda a sua energia contra fatos (perigos, na verdade) que poderiam auxiliá-lo a atingir mais rapidamente seu objetivo de vida, por uma espécie de curto-circuito. Tal comportamento, entretanto, é precisamente o que caracteriza os esforços puramente instintuais, contrastados com os esforços inteligentes.

Mas detenhamo-nos por um momento e reflitamos. Não pode ser assim. Os instintos sexuais, a que a teoria das neuroses concede um lugar inteiramente especial, surgem sob aspecto muito diferente.

A pressão externa que provoca uma ampliação constantemente crescente do desenvolvimento não se impôs a *todos* os organismos. Muitos conseguiram permanecer até os dias de hoje em seu nível humilde. Na verdade, muitas — embora não todas — dessas criaturas, que devem assemelhar-se às fases primitivas dos animais e vegetais superiores, ainda hoje acham-se vivas. Da mesma maneira, a totalidade do caminho do desenvolvimento para a morte natural não é percorrido por todas as entidades elementares que compõem o complicado corpo de um dos organismos mais elevados. Algumas delas, as células germinais, provavelmente retêm a estrutura original da matéria viva e, após certo tempo, com todo o seu complemento de disposições instintuais herdadas e recentemente adquiridas, separam-se do organismo como um todo. Essas duas características podem ser exatamente aquilo que as capacita a ter uma existência independente. Sob condições favoráveis, começam a desenvolver-se, isto é, a repetir o desempenho a que devem sua existência, e, ao final, mais uma vez uma parte de sua substância leva sua evolução a um término, ao passo que outra parte reverte novamente, como um germe residual novo, ao início do processo de desenvolvimento. Essas células germinais, portanto, trabalham contra a morte da substância viva e têm êxito em conseguir para ela o que só podemos encarar como uma imortalidade potencial, ainda que isso possa significar nada mais do que um alongamento da estrada para a morte.

Temos de considerar como significativo, no mais elevado grau, o fato de essa função da célula germinal ser reforçada, ou só tornada possível, se ela fundir-se com outra célula similar a si mesma e, contudo, diferente dela.

Os instintos que cuidam dos destinos desses organismos elementares que sobrevivem à totalidade do indivíduo, que lhes fornecem um abrigo seguro enquanto se acham indefesos contra os estímulos do mundo externo, que ocasionam seu encontro com outras células germinais etc., constituem o grupo dos instintos sexuais. São conservadores no mesmo sentido dos outros instintos porque trazem de volta estados anteriores de substância viva; contudo, são conservadores num grau mais alto, por serem peculiarmente resistentes às influências externas; e são conservadores ainda em outro sentido, por preservarem a própria vida por um longo período. São os verdadeiros instintos de vida. Operam contra o propósito dos outros instintos, que conduzem, em razão de sua função, à morte, e este fato indica que existe oposição entre eles e os outros, oposição que foi há muito tempo reconhecida pela teoria das neuroses. É como se a vida do organismo se movimentasse num ritmo vacilante. Certo grupo de instintos se precipita como que para atingir o objetivo final da vida tão rapidamente quanto possível, mas, quando determinada etapa no avanço foi alcançada, o outro grupo atira-se para trás até um certo ponto, a fim de efetuar nova saída e prolongar assim a jornada. E ainda que seja certo que a sexualidade e a distinção entre os sexos não existiam quando a vida começou, permanece a possibilidade de que os instintos que posteriormente vieram a ser descritos como sexuais, possam ter estado em funcionamento desde o início, e talvez não seja verdade que foi apenas em época posterior que eles começaram seu trabalho de oposição às atividades dos 'instintos do ego'.

Retornemos nós mesmos por um momento e consideremos se existe qualquer base para essas especulações. Será realmente o caso que, *à parte os instintos sexuais*, não existem instintos que não procurem restaurar um estado anterior de coisas? Que não haja nenhum que vise a um estado de coisas que nunca foi alcançado? Não conheço exemplo certo do mundo orgânico que contradiga a caracterização que assim propus. Indiscutivelmente não existe um instinto universal para desenvolvimento superior observável no mundo animal ou vegetal, ainda que seja inegável que o desenvolvimento realmente ocorre nessa direção. Mas, por um lado, trata-se amiúde de uma questão de opinião o fato de declararmos que determinado estágio de desenvolvimento é superior a outro, e, por outro lado, a biologia nos ensina que o desenvolvimento superior sob certo aspecto é com bastante freqüência compensado ou sobrepujado pela involução sob outro aspecto. Além disso, existem muitas formas animais de cujos primeiros estágios podemos inferir que seu desenvolvimento, pelo contrário, assumiu caráter retrógrado. Tanto o desenvolvimento superior quanto a involução bem podem ser as conseqüências da adaptação à pressão de forças externas e, em ambos os casos, o papel desempenhado pelos instintos pode-se limitar à retenção (na forma de um fonte interna de prazer) de uma modificação obrigatória.

Pode também ser difícil, para muitos de nós, abandonar a crença de que existe em ação nos seres humanos um instinto para a perfeição, instinto que os trouxe a seu atual alto nível de realização intelectual e sublimação ética, e do qual se pode esperar que zele pelo seu desenvolvimento em super-homens. Não tenho fé, contudo, na existência de tal instinto interno e não posso perceber por que essa ilusão benévola deva ser conservada. A evolução atual dos seres humanos não exige, segundo me parece, uma explicação diferente da dos animais. Aquilo que, numa minoria de indivíduos humanos, parece ser um impulso incansável no sentido de maior perfeição, pode ser facilmente compreendido como resultado da repressão instintual em que se baseia tudo o que é mais precioso na civilização humana. O instinto reprimido nunca deixa de esforçar-se em busca da satisfação completa, que consistiria na repetição de uma experiência primária de satisfação. Formações reativas e substitutivas, bem como sublimações, não bastarão

para remover a tensão persistente do instinto reprimido, sendo que a diferença de quantidade entre o prazer da satisfação que é *exigida* e a que é realmente *conseguida*, é que fornece o fator impulsionador que não permite qualquer parada em nenhuma das posições alcançadas, mas, nas palavras do poeta, '*ungebändigt immer vorwärts dringt*'. O caminho para trás que conduz à satisfação completa acha-se, via de regra, obstruído pelas resistências que mantêm as repressões, de maneira que não há alternativa senão avançar na direção em que o crescimento ainda se acha livre, embora sem perspectiva de levar o processo a uma conclusão ou de ser capaz de atingir o objetivo. Os processos envolvidos na formação de uma fobia neurótica, que nada mais é do que uma tentativa de fuga da satisfação de um instinto, apresentam-nos um modelo do modo de origem desse suposto 'instinto para a perfeição', o qual não tem possibilidades de ser atribuído a todos os seres humanos. Na verdade, as condições dinâmicas para o seu desenvolvimento estão universalmente presentes, mas apenas em raros casos a situação econômica parece favorecer a produção do fenômeno.

Acrescentarei apenas uma palavra para sugerir que os esforços de Eros para combinar substâncias orgânicas em unidades cada vez maiores provavelmente fornecem um sucedâneo para esse 'instinto para a perfeição', cuja existência não podemos admitir. Os fenômenos que lhe são atribuídos parecem passíveis de explicação por esses esforços de Eros, tomados em conjunto com os resultados da repressão.

VI

A essência de nossa investigação até agora foi o traçado de uma distinção nítida entre os 'instintos do ego' e os instintos sexuais, e a visão de que os primeiros exercem pressão no sentido da morte e os últimos no sentido de um prolongamento da vida. Contudo, essa conclusão está fadada a ser insatisfatória sob muitos aspectos, mesmo para nós. Ademais, na realidade, é apenas quanto ao primeiro grupo de instintos que podemos afirmar que possuem caráter conservador, ou melhor, retrógrado, correspondente a uma compulsão à repetição, porque, em nossa hipótese, os instintos do ego se originam da animação da matéria inanimada e procuram restaurar o estado inanimado, ao passo que, quanto aos instintos sexuais, embora seja verdade que reproduzem estados primitivos do organismo, aquilo a que claramente visam, por todos os meios possíveis, é à coalescência de duas células germinais que são diferenciadas de maneira particular. Se essa união não é efetuada, a célula germinal morre juntamente com todos os outros elementos do organismo multicelular. É apenas com essa condição que a função sexual pode prolongar a vida da célula e emprestar-lhe uma aparência de imortalidade. Mas, qual é o acontecimento importante no desenvolvimento da substância viva, que está sendo repetido na reprodução sexual ou em sua antecessora, a conjugação de dois protozoários? Não podemos dizer, e, conseqüentemente, deveríamos sentir-nos aliviados se toda a estrutura de nossa argumentação se mostrou equivocada. A oposição entre os instintos do ego ou instintos de morte e os instintos sexuais ou instintos de vida deixaria então de sustentar-se e a compulsão à repetição não mais possuiria a importância que lhe atribuímos.

Voltemo-nos, então, para uma das suposições já feitas por nós, na expectativa de podermos dar-lhe uma negação categórica. Tiramos conclusões de longo alcance da hipótese de que toda substância viva está fadada a morrer por causas internas. Fizemos essa suposição assim descuidadamente porque ela não nos parece ser uma suposição. Estamos acostumados a pensar que esse é o fato, e somos fortalecidos em nossas reflexões pelos escritos de nossos poetas. Talvez tenhamos adotado a crença porque existe nela um certo consolo. Se temos de morrer, e primeiro perder para a morte aqueles que nos são mais caros, é mais fácil submeter-se a uma lei impiedosa da natureza, à

sublime 'Αταγκη' [Necessidade], do que a um acaso de que talvez pudéssemos ter fugido. Pode ser, contudo, que essa crença na necessidade interna de morrer seja apenas outra daquelas ilusões que criamos '*um die Schwere des Daseins zu ertragen*'. Decerto não se trata de uma licença primeva. A noção de 'morte natural' é inteiramente estranha às raças primitivas; atribuem toda morte que ocorre entre elas à influência de um inimigo ou de um espírito mau. Devemos, portanto, voltar-nos para a biologia, a fim de testar a validade da crença.

Se assim fizermos, ficaremos estupefatos em descobrir quão pouco acordo existe entre os biólogos sobre a questão da morte natural e, na realidade, que todo o conceito de morte se dissolve em suas mãos. O fato de haver uma duração média e fixa de vida, pelo menos entre os animais superiores, argúi naturalmente em favor da existência de algo como a morte por causas naturais. Mas essa impressão é contraditada quando consideramos que certos grandes animais e determinados crescimentos arbóreos gigantescos atingem idade muito avançada, idade que atualmente não pode ser computada. De acordo com a grande concepção de Wilhelm Fliess [1906], todos os fenômenos vitais apresentados pelos organismos — e também, indubitavelmente, sua morte — estão vinculados à conclusão de períodos fixos, os quais expressam a dependência de dois tipos de substância viva (um masculino e outro feminino) quanto ao ano solar. Quando vemos, contudo, quão fácil e extensamente a influência de forças externas pode modificar a data do aparecimento dos fenômenos vitais (especialmente no mundo vegetal), precipitando-os ou retendo-os, temos de levantar dúvidas quanto à rigidez das fórmulas de Fliess ou, pelo menos, quanto às leis por ele estabelecidas constituírem os únicos fatores determinantes.

De nosso ponto de vista, o maior interesse prende-se ao tratamento dado ao tema da duração da vida e da morte dos organismos nos escritos de Weismann (1882, 1884, 1892 etc.). Foi ele que introduziu a divisão da substância viva em partes mortais e imortais. A parte mortal é o corpo no sentido mais estrito, o 'soma', que, somente ele, se acha sujeito à morte natural. As células germinais, por outro lado, são potencialmente imortais, na medida em que são capazes, em determinadas condições, de desenvolver-se no indivíduo novo ou, em outras palavras, de cercar-se de um novo soma (Weismann, 1884).

O que nos impressiona nisso é a inesperada analogia com nosso próprio ponto de vista, ao qual chegamos ao longo de caminho tão diferente. Weismann, encarando morfológicamente a substância viva, enxerga nela uma parte que está destinada a morrer — o soma, o corpo separado da substância relacionada com o sexo e a herança —, e uma parte imortal — o plasma germinal, que se relaciona com a sobrevivência da espécie, com a reprodução. Nós, por outro lado, lidando não com a substância viva, mas com as forças que nela operam, fomos levados a distinguir duas espécies de instintos: aqueles que procuram conduzir o que é vivo à morte, e os outros, os instintos sexuais, que estão perpetuamente tentando e conseguindo uma renovação da vida, o que soa como um corolário dinâmico à teoria morfológica de Weismann.

Contudo, a aparência de uma correspondência significativa se dissipa tão logo descobrimos as concepções de Weismann sobre o problema da morte, porque ele só relaciona a distinção entre o soma mortal e o plasma germinal imortal aos organismos *multicelulares*; nos organismos unicelulares, o indivíduo e a célula reprodutora são ainda um só e o mesmo (Weismann, 1882, 38). Desse modo, considera que os organismos unicelulares são potencialmente imortais e que a morte só faz seu aparecimento com os metazoários multicelulares. É verdade que essa morte dos organismos mais elevados é natural, uma morte provocada por causas internas, mas não se funda em nenhuma característica primitiva da substância viva (Weismann, 1884, 84) e não pode ser encarada como uma necessidade absoluta, com base na própria natureza da vida (Weismann, 1882, 33). A morte é antes uma questão de conveniência, uma manifestação de

adaptação às condições externas da vida, porque, uma vez as células do corpo tenham sido divididas em soma e plasma germinal, uma duração ilimitada da vida individual se tornaria um luxo inteiramente sem sentido. Feita essa diferenciação nos organismos multicelulares, a morte torna-se possível e conveniente. Desde então, o soma dos organismos superiores morreu a períodos fixos por razões internas, ao passo que os protistas permaneceram imortais. Não é o caso, por outro lado, de a reprodução ter sido introduzida ao mesmo tempo que a morte. Pelo contrário, trata-se de uma característica primitiva da matéria viva, como o crescimento (do qual se originou), e a vida foi contínua desde seu início sobre a Terra (Weismann, 1884, 84 e seg.).

Ver-se-á em seguida que concordar dessa maneira que os organismos superiores tenham uma morte natural é de muito pouco auxílio para nós, porque, se a morte é uma aquisição *tardia* dos organismos, então não há o que falar quanto a ter havido instintos de morte desde o começo da vida sobre a Terra. Os organismos multicelulares podem morrer por razões internas, devido a uma diferenciação deficiente ou a imperfeições de seu metabolismo, mas a questão não tem interesse do ponto de vista de nosso problema. Uma explicação da origem da morte como esta encontra-se, ademais, em muito menor variância com nossos modos de pensamentos habituais do que a estranha pressuposição dos ‘instintos de morte’.

O debate que se seguiu às sugestões de Weismann não conduziu, até onde posso perceber, a nenhum resultado conclusivo em qualquer direção. Alguns escritores retornaram às opiniões de Goethe (1883), que considerava a morte o resultado direto da reprodução. Hartmann (1906, 29) não considera a aparência de um ‘cadáver’ — uma parte morta da substância viva — como critério de morte, mas define esta como sendo ‘o término do desenvolvimento individual’. Nesse sentido, também os protozoários são mortais; em seu caso, a morte também coincide com a reprodução, mas é, até certo ponto, obscurecida por ela, desde que toda a substância do animal pai pode ser diretamente transmitida à jovem progênie.

Pouco depois, a pesquisa voltou-se para a verificação experimental, em organismos unicelulares, da alegada imortalidade da substância viva. Um biólogo americano, Woodruff, fazendo experiências com um infusório ciliado, o ‘animálculo deslizador’ (*slipper-animalcule*), que se reproduz por fissão em dois outros indivíduos, persistiu até a 3.029ª geração (ocasião em que interrompeu a experiência), a cada vez isolando um dos produtos parciais e colocando-o em água nova. Esse remoto descendente do primeiro animálculo era tão vivaz quanto seu antepassado e não apresentava sinais de envelhecimento ou degeneração. Assim, até onde cifras desse tipo podem provar algo, a imortalidade dos protozoários pareceu ser experimentalmente demonstrável.

Outros experimentadores chegaram a resultados diferentes. Maupas, Calkins e outros, em contraste com Woodruff, descobriram que, após certo número de divisões, aqueles infusórios se tornavam mais débeis, diminuía de tamanho, sofriam a perda de alguma parte de sua organização e acabavam por morrer, a menos que certas medidas recuperadoras lhes fossem aplicadas. Se assim for, os protozoários pareceriam morrer após uma fase de senescência, exatamente como aos animais superiores, contraditando assim completamente a assertiva weismanniana de que a morte é uma aquisição tardia dos organismos vivos.

Do conjunto dessas experiências surgem dois fatos que parecem fornecer-nos uma base firme.

Primeiro: se dois dos animálculos, no momento antes de apresentarem sinais de senescência, puderem coalescer um com o outro, isto é, ‘conjugarem-se’ (pouco após o que, mais uma vez se separam), salvam-se de ficarem velhos e tornam-se ‘rejuvenescidos’. A conjugação é indubitavelmente a antecessora da reprodução sexual nas criaturas mais elevadas; ainda se acha, por enquanto, desvinculada da propagação e

limita-se à mistura das substâncias dos dois indivíduos. (A 'anfimixia' de Weismann.) Os efeitos recuperadores da conjugação podem, contudo, ser substituídos por certos agentes estimulantes, através de alterações na composição do fluido que proporciona sua nutrição, pela elevação de sua temperatura ou por sua agitação. Somos lembrados do célebre experimento efetuado por J. Loeb, no qual, através de certos estímulos químicos, induziu a segmentação de ovos de ouriço-do-mar, processo que normalmente só pode ocorrer após a fertilização.

Segundo: não obstante, é provável que os infusórios morram de morte natural em resultado de seus próprios processos vitais, porque a contradição entre as descobertas de Woodruff e dos outros deve-se ao fato de haver ele provido cada geração de fluido nutriente novo. Se deixava de fazê-lo, observava os mesmos sinais de senescência que os outros experimentadores. Concluiu que os animálculos eram prejudicados pelos produtos do metabolismo que expeliam para o fluido circundante. Pôde então provar conclusivamente que eram apenas os produtos de seu próprio metabolismo que tinham resultados fatais para esse tipo específico de animálculo, porque os mesmos animais que inevitavelmente pereciam se eram apinhados em seu próprio fluido nutriente, floresciam numa solução supersaturada com os produtos excretórios de uma espécie distantemente aparentada. Um infusório, portanto, se é deixado a si mesmo, morre de morte natural devido à evacuação incompleta dos produtos de seu próprio metabolismo. (Pode ser que a mesma incapacidade seja a causa suprema também da morte de todos os animais superiores.)

Nesse ponto, bem pode surgir em nosso espírito a dúvida quanto a saber se servimos a algum objetivo ao tentar solucionar o problema da morte natural a partir do estudo dos protozoários. A organização primitiva dessas criaturas pode ocultar-nos condições importantes que, embora de fato presentes nelas também, só se tornam visíveis nos animais superiores, quando podem encontrar expressão morfológica. E, se abandonarmos o ponto de vista morfológico e adotarmos o dinâmico, torna-se-nos completamente indiferente poder demonstrar se a morte natural ocorre ou não nos protozoários. A substância que posteriormente é reconhecida como imortal, neles não se separou ainda da mortal. As forças instintuais que procuram conduzir a vida para a morte podem também achar-se em funcionamento nos protozoários desde o início; no entanto, seus esforços podem ser tão completamente ocultos pelas forças preservadoras da vida, que talvez seja muito difícil encontrar qualquer prova direta de sua presença. Vimos também, além disso, que as observações efetuadas pelos biólogos nos permitem presumir que processos internos desse tipo, conducentes à morte, ocorrem também nos protistas. Mas, mesmo que estes últimos se mostrassem imortais no sentido weismanniano, a assertiva de Weismann de que a morte é uma aquisição tardia, se aplicaria apenas a seus fenômenos *manifestos* e não tornaria impossível a suposição de processos a ela *tendentes*.

Assim, não se realizou nossa esperança de que a biologia contradissesse redondamente o reconhecimento dos instintos de morte. Estamos livres para continuar a nos preocupar com sua possibilidade, se tivermos outras razões para assim proceder. A notável semelhança entre a distinção weismanniana de soma e plasma germinal e nossa separação dos instintos de morte dos instintos de vida persiste e mantém a sua significância.

Podemos deter-nos por um momento sobre essa visão preeminentemente dualística da vida instintual. De acordo com a teoria de E. Hering, dois tipos de processos estão constantemente em ação na substância viva, operando em direções contrárias, uma construtiva ou assimilatória, e a outra destrutiva ou dissimilatória. Podemos atrever-nos a identificar nessas duas direções tomadas pelos processos vitais a atividade de nossos dois impulsos instintuais, os instintos de vida e os instintos de morte? Existe algo mais, de qualquer modo, a que não podemos permanecer cegos. Inadvertidamente voltamos nosso

curso para a baía da filosofia de Schopenhauer. Para ele, a morte é o 'verdadeiro resultado e, até esse ponto, o propósito da vida', ao passo que o instinto sexual é a corporificação da vontade de viver.

Façamos uma ousada tentativa de dar outro passo à frente. Considera-se geralmente que a união de uma série de células numa associação vital — o caráter multicelular dos organismos — se tornou um meio de prolongar a sua vida. Uma célula ajuda a conservar a vida de outra, e a comunidade de células pode sobreviver mesmo que as células individuais tenham de morrer. Já aprendemos que também a conjugação, a coalescência temporária de dois organismos unicelulares, possui feito preservador de vida e rejuvenescedor sobre ambos. Por conseguinte, podemos tentar aplicar a teoria da libido a que se chegou na psicanálise à relação mútua das células. Podemos supor que os instintos de vida ou instintos sexuais ativos em cada célula tomam as outras células como seu objeto, que parcialmente neutralizam os instintos de morte (isto é, os processos estabelecidos por estes) nessas células, preservando assim sua vida, ao passo que as outras células fazem o mesmo para elas e outras ainda se sacrificam no desempenho dessa função libidinal. As próprias células germinais se comportariam de maneira completamente 'narcisista', para empregar a expressão que estamos acostumados a utilizar na teoria das neuroses para descrever um indivíduo total que retém sua libido em seu ego e nada desembolsa dela em catexias de objeto. As células germinais exigem sua libido, a atividade de seus instintos de vida, para si mesmas, como uma reserva para sua posterior e momentosa atividade construtiva. (As células dos neoplasmas malignos que destroem o organismo, talvez também deveriam ser descritas como narcisistas nesse mesmo sentido: a patologia está preparada para considerar seus germes como inatos e atribuir-lhes atitudes embriônicas.) Dessa maneira, a libido de nossos instintos sexuais coincidiria com o Eros dos poetas e dos filósofos, o qual mantém unidas todas as coisas vivas.

Aqui se encontra, portanto, uma oportunidade para considerar o lento desenvolvimento de nossa teoria da libido. Em primeira instância, a análise das neuroses de transferência forçou à nossa observação a oposição entre os 'instintos sexuais', que se dirigem para um objeto, e certos outros instintos, com os quais nos achamos insuficientemente familiarizados e que descrevemos provisoriamente como 'instintos do ego'. Um lugar de proa entre estes foi necessariamente concedido aos instintos que servem à autoconservação do indivíduo. Foi impossível dizer que outras distinções deveriam ser traçadas entre eles. Nenhum conhecimento seria mais valioso como base para uma ciência verdadeiramente psicológica do que uma compreensão aproximada das características comuns e dos possíveis aspectos distintivos dos instintos, mas em nenhuma região da psicologia tateamos mais no escuro. Cada um supôs a existência de tantos instintos ou 'instintos básicos' quantos quis e fez malabarismos com eles, tal como os antigos filósofos naturalistas gregos faziam com seus quatro elementos: a terra, o ar, o fogo e a água. A psicanálise, que não podia deixar de fazer *alguma* suposição sobre os instintos, ateu-se primeiramente à popular divisão de instintos tipificada na expressão 'fome e amor'. Pelo menos, nada havia de arbitrário nisso e, com sua ajuda, a análise das psiconeuroses foi levada à frente até uma boa distância. O conceito de 'sexualidade' e, ao mesmo tempo, de instinto sexual, teve, é verdade, de ser ampliado de modo a abranger muitas coisas que não podiam ser classificadas sob a função reprodutora, e isso provocou não pouco alarido num mundo austero, respeitável, ou simplesmente hipócrita.

O passo seguinte foi dado quando a psicanálise sondou de mais perto o caminho no sentido do ego psicológico, que primeiramente fora conhecido apenas como órgão repressivo e censor, capaz de erguer estruturas protetoras e formações reativas. Há muito tempo, espíritos críticos e de visão ampla já haviam, é verdade, feito objeção ao fato de o conceito de libido restringir-se à energia dos instintos sexuais dirigidos no sentido de um objeto, mas fracassaram em explicar como haviam chegado a seu melhor conhecimento,

ou em derivar dele algo de que a análise pudesse fazer uso. Avançando mais cautelosamente, a psicanálise observou a regularidade com que a libido é retirada do objeto e dirigida para o ego (o processo de introversão), e, pelo estudo do desenvolvimento libidinal das crianças em suas primeiras fases, chegou à conclusão de que o ego é o verdadeiro e original reservatório da libido, sendo apenas desse reservatório que ela se estende para os objetos. O ego encontrou então sua posição entre os objetos sexuais e imediatamente recebeu o lugar de proa entre eles. A libido que assim se alojara no ego foi descrita como 'narcisista'. Essa libido narcisista era também, naturalmente, uma manifestação da força do instinto sexual, no sentido analítico dessas palavras, e necessariamente tinha de ser identificada com os instintos de autoconservação, cuja existência fora reconhecida desde o início. Assim, a oposição original entre os instintos do ego e os instintos sexuais mostrou-se inapropriada. Viu-se que uma parte dos instintos do ego era libidinal e que instintos sexuais (provavelmente ao lado de outros) operavam no ego. Não obstante, temos justificação para dizer que a antiga fórmula que estabeleceu que as psiconeuroses se baseiam num conflito entre os instintos do ego e os instintos sexuais não contém nada que precisemos rejeitar atualmente. Acontece simplesmente que a distinção entre os dois tipos de instintos, que era originalmente considerada, de certa maneira, como *qualitativa* deve ser hoje diferentemente caracterizada, ou seja, como *topográfica*. E, em particular, é ainda verdade que as neuroses de transferência, o tema essencial do estudo psicanalítico, são o resultado de um conflito entre o ego e a catexia libidinal dos objetos.

Mas ainda nos é mais necessário enfatizar o caráter libidinal dos instintos de autoconservação, agora que nos estamos aventurando ao novo passo de reconhecer o instinto sexual como Eros, o conservador de todas as coisas, e de derivar a libido narcisista do ego dos estoques de libido por meio da qual as células do soma estão ligadas umas às outras. Mas agora, subitamente, defrontamo-nos com outra questão. Se os instintos de autoconservação são também de natureza libidinal, talvez não existam quaisquer outros instintos, a não ser os libidinais? De qualquer modo, não existem outros visíveis. Nesse caso, porém, seremos, no fim das contas, levados a concordar com os críticos que desconfiaram desde o início que a psicanálise explica *tudo* pela sexualidade, ou com inovadores como Jung, que, fazendo um juízo apressado, utilizaram a palavra 'libido' para significar força instintual em geral. Não deve isso ser assim?

De modo algum era nossa *intenção* produzir tal resultado. Nosso debate teve como ponto de partida uma distinção nítida entre os instintos do ego, que equiparamos aos instintos de morte, e os instintos sexuais, que equiparamos aos instintos de vida. (Achávamo-nos preparados, em determinada etapa [ver em [1]], para incluir os chamados instintos de autoconservação do ego entre os instintos de morte, mas subseqüentemente [ver em [1]] nos corrigimos sobre esse ponto e o retiramos.) Nossas concepções, desde o início, foram *dualistas* e são hoje ainda mais definitivamente dualistas do que antes, agora que descrevemos a oposição como se dando, não entre instintos do ego e instintos sexuais, mas entre instintos de vida e instintos de morte. A teoria da libido de Jung é, pelo contrário, monista; o fato de haver ele chamado sua única força instintual de 'libido', destina-se a causar confusão, mas não precisa afetar-nos sob outros aspectos. Suspeitamos que instintos outros que não os de autoconservação funcionam no ego, e deveria ser-nos possível apontá-los. Infelizmente, porém, a análise do ego fez tão poucos avanços, que nos é muito difícil proceder assim. É possível, na verdade, que os instintos libidinais do ego possam estar vinculados de maneira peculiar a esses outros instintos do ego que ainda nos são estranhos. Mesmo antes de dispormos de qualquer compreensão clara do narcisismo, a psicanálise já desconfiava que os 'instintos do ego' tinham componentes libidinais a eles ligados. Mas trata-se de possibilidades muito incertas, a que nossos oponentes prestarão muito pouca atenção. Permanece a dificuldade de que a psicanálise até aqui não nos permitiu indicar quaisquer instintos [do ego] que não sejam

os libidinais. Isso, contudo, não constitui razão para concordarmos com a conclusão de que nenhum outro realmente existe.

Na obscuridade que reina atualmente na teoria dos instintos, não seria avisado rejeitar qualquer idéia que prometa lançar luz sobre ela. Partimos da grande oposição entre os instintos de vida e de morte. Ora, o próprio amor objetal nos apresenta um segundo exemplo de polaridade semelhante: a existente entre o amor (ou afeição) e o ódio (ou agressividade). Se pudéssemos conseguir relacionar mutuamente essas duas polaridades e derivar uma da outra! Desde o início identificamos a presença de um componente sádico no instinto sexual. Como sabemos, ele pode tornar-se independente e, sob a forma de perversão dominar toda a atividade sexual de um indivíduo. Surge também como um instinto componente predominante numa das 'organizações pré-genitais', como as denominei. Mas, como pode o instinto sádico, cujo intuito é prejudicar o objeto, derivar de Eros, o conservador da vida? Não é plausível imaginar que esse sadismo seja realmente um instinto de morte que, sob a influência da libido narcisista, foi expulso do ego e, conseqüentemente, só surgiu em relação ao objeto? Ele entra em ação a serviço da função sexual. Durante a fase oral da organização da libido, o ato de obtenção de domínio erótico sobre um objeto coincide com a destruição desse objeto; posteriormente, o instinto sádico se isola, e, finalmente, na fase de primazia genital, assume, para os fins da reprodução, a função de dominar o objeto sexual até o ponto necessário à efetivação do ato sexual. Poder-se-ia verdadeiramente dizer que o sadismo que foi expulso do ego apontou o caminho para os componentes libidinais do instinto sexual e que estes o seguiram para o objeto. Onde quer que o sadismo original não tenha sofrido mitigação ou mistura, encontramos a ambivalência familiar de amor e ódio na vida erótica.

Se uma pressuposição assim é permissível, atendemos então a exigência de que produzíssemos um exemplo de instinto de morte, embora se trate, na verdade, de um instinto deslocado. Mas essa maneira de considerar as coisas está muito longe de ser fácil de captar e cria uma impressão positivamente mística. Sua aparência é suspeita, como se estivéssemos tentando achar um modo de sair a qualquer preço de uma situação embaraçosa. Podemos recordar, no entanto, que não existe nada de novo numa suposição desse tipo. Já apresentamos outra, em ocasião anterior, antes que se falasse em qualquer situação embaraçosa. As observações clínicas nos conduziram, naquela ocasião, à concepção de que o masoquismo, o instinto componente complementar ao sadismo, deve ser encarado como um sadismo que se voltou para o próprio ego do sujeito. Mas, em princípio, não existe diferença entre um instinto voltar-se do objeto para o ego ou do ego para um objeto, que é o novo ponto que se acha em discussão atualmente. O masoquismo, a volta do instinto para o próprio ego do sujeito, constituiria, nesse caso, um retorno a uma fase anterior da história do instinto, uma regressão. A descrição anteriormente fornecida do masoquismo exige uma emenda por ter sido ampla demais sob um aspecto: *pode* haver um masoquismo primário, possibilidade que naquela época contestei.

Retornemos, porém, aos instintos sexuais autoconservadores. As experiências com os protistas já demonstraram que a conjugação, isto é, a coalescência de dois indivíduos que se separam logo após sem que qualquer divisão celular subsequente ocorra, tem efeito fortalecedor e rejuvenescedor sobre ambos. Nas gerações posteriores, não mostram sinais de degeneração e parecem aptos a opor resistência mais prolongada aos efeitos prejudiciais de seu próprio metabolismo. Essa observação isolada pode, penso eu, ser tomada como típica do efeito produzido também pela união sexual. Mas, como é que a coalescência de duas células apenas ligeiramente diferentes pode ocasionar essa renovação da vida? O experimento que substitui a conjugação dos protozoários pela aplicação de estímulos químicos ou mesmo mecânicos (cf. Lipschütz, 1914), permite-nos dar o que é, indubitavelmente, uma resposta conclusiva a essa pergunta. O resultado é

ocasionado pelo influxo de novas quantidades de estímulo. Isso condiz bem com a hipótese de que os processos vitais do indivíduo levam, por razões internas, a uma abolição das tensões químicas, isto é, à morte, ao passo que a união com a substância viva de um indivíduo diferente aumenta essas tensões, introduzindo o que pode ser descrito como novas 'diferenças vitais', que devem então ser vividas. Com referência a essa dessemelhança, naturalmente tem de haver um ou mais pontos ótimos. A tendência dominante da vida mental e, talvez, da vida nervosa em geral, é o esforço para reduzir, para manter constante ou para remover a tensão interna devida aos estímulos (o 'princípio do Nirvana', para tomar de empréstimo uma expressão de Barbara Low [1920, 73]), tendência que encontra expressão no princípio de prazer, e o reconhecimento desse fato constitui uma de nossas mais fortes razões para acreditar na existência dos instintos de morte.

Contudo, ainda sentimos nossa linha de pensamento apreciavelmente entravada pelo fato de não podermos atribuir ao instinto sexual a característica de uma compulsão à repetição que primeiramente nos colocou na trilha dos instintos de morte. A esfera dos processos de desenvolvimento embrionário é, sem dúvida alguma, extremamente rica em tais fenômenos de repetição; as duas células germinais que estão envolvidas na reprodução sexual, e a história de sua vida são apenas repetições dos começos da vida orgânica. Mas a essência do processo a que a vida sexual se dirige é a coalescência de dois corpos celulares. Só isso é que assegura a imortalidade da substância viva nos organismos superiores.

Em outras palavras, precisamos de mais informações sobre a origem da reprodução sexual e dos instintos sexuais em geral. Trata-se de problema capaz de atemorizar um leigo, e que os próprios especialistas ainda não foram capazes de resolver. Assim, forneceremos apenas o mais breve resumo do que parece pertinente à nossa linha de pensamento, entre as minhas assertivas e concepções discordantes.

Uma dessas concepções despoja o problema da reprodução de sua fascinação misteriosa, representando-o como manifestação parcial do crescimento. (Cf. a multiplicação por fissão, brotação e gemiparidade). A origem da reprodução por células germinais sexualmente diferenciadas pode ser representada segundo sóbrias linhas darwinianas, imaginando-se que a vantagem da anfigimixia, a que se chegou em determinada ocasião pela conjugação fortuita de dois protistas, foi retida e posteriormente explorada para desenvolvimento ulterior. Segundo essa concepção, o 'sexo' não seria nada de muito antigo e os instintos extraordinariamente violentos, cujo objetivo é ocasionar a união sexual, estariam repetindo algo que outrora ocorrera por acaso e desde então se estabelecera, por ser vantajoso.

Surge aqui a questão, como no caso da morte [ver em [1] e [2]], de saber se estamos certos em atribuir aos protistas só essas características que realmente apresentam, ou se será correto supor que forças e processos que se tornam visíveis apenas nos organismos superiores, se originaram pela primeira vez naqueles organismos. A concepção da sexualidade que acabamos de mencionar é de pouca ajuda para nossos fins. Contra ela pode ser levantada a objeção de postular a existência de instintos de vida já a funcionar nos organismos mais simples, porque de outra maneira a conjugação, que trabalha contra o curso da vida e torna a tarefa de deixar de viver mais difícil, não teria sido mantida e elaborada, mas, ao contrário, seria evitada. Se, portanto, não quisermos abandonar a hipótese dos instintos de morte, temos de supor que estão associados, desde o início, com os instintos de vida. Deve-se, porém, admitir que, nesse caso, estaremos trabalhando com uma equação de duas quantidades desconhecidas.

À parte isso, a ciência tem tão pouco a nos dizer sobre a origem da sexualidade, que podemos comparar o problema a uma escuridão em que nem mesmo o raio de luz de uma hipótese penetrou. Em outra região, inteiramente diferente, é verdade, defrontamos realmente com tal hipótese, mas é de tipo tão fantástico, mais mito do que explicação

científica, que não me atrevera a apresentá-la aqui se ela não atendesse precisamente àquela condição cujo preenchimento desejamos, porque faz remontar a origem de um instinto a *uma necessidade de restaurar um estado anterior de coisas*.

O que tenho no espírito é, naturalmente, a teoria que Platão colocou na boca de Aristófanos no *Symposium* e que trata não apenas da *origem* do instinto sexual, mas também da mais importante de suas variações em relação ao objeto. 'A natureza humana original não era semelhante à atual, mas diferente. Em primeiro lugar, os sexos eram originalmente em número de três, e não dois, como são agora; havia o homem, a mulher, e a união dos dois (...)' Tudo nesses homens primevos era duplo: tinham quatro mãos e quatro pés, dois rostos, duas partes pudendas, e assim por diante. Finalmente, Zeus decidiu cortá-los em dois, 'como uma sorva que é dividida em duas metades para fazer conserva'. Depois de feita a divisão, 'as duas partes do homem, cada uma desejando sua outra metade, reuniram-se e lançaram os braços uma em torno da outra, ansiosas por fundir-se.'

Seguiremos a sugestão que nos foi oferecida pelo poeta-filósofo e aventurar-nos-emos pela hipótese de que a substância viva, por ocasião de sua animação, foi dividida em pequenas partículas, que desde então se esforçaram por reunir-se através dos instintos sexuais? De que esses instintos, nos quais a afinidade química da matéria inanimada persistiu, gradualmente conseguiram, à medida que evoluíam pelo reino dos protistas, sobrepujar as dificuldades colocadas no caminho desse esforço por um ambiente carregado de estímulos perigosos, estímulos que os compeliram a formar uma camada cortical protetora? De que esses fragmentos estilhaçados de substância viva atingiram dessa maneira uma condição multicelular e finalmente transferiram o instinto de reunião, sob a forma mais altamente concentrada, para as células germinais? — Mas aqui, acho eu, chegou o momento de interromper-nos.

Não, contudo, sem o acréscimo de algumas palavras de reflexão crítica. Pode-se perguntar se, e até onde, eu próprio me acho convencido da verdade das hipóteses que foram formuladas nestas páginas. Minha resposta seria que eu próprio não me acho convencido e que não procuro persuadir outras pessoas a nelas acreditar, ou, mais precisamente, que não sei até onde nelas acredito. Não há razão, segundo me parece, para que o fator emocional da convicção tenha, de algum modo, de entrar nessa questão. É certamente possível que nos lancemos por uma linha de pensamento e que a sigamos aonde quer que ela leve, por simples curiosidade científica, ou, se o leitor preferir, como um *advocatus diaboli*, que não se acha, por essa razão, vendido ao demônio. Não discuto o fato de que o terceiro passo pela teoria dos instintos, por mim dado aqui, não pode reivindicar o mesmo grau de certeza que os dois primeiros: a extensão do conceito de sexualidade e a hipótese do narcisismo. Essas duas novidades foram uma tradução direta da observação para a teoria e não se achavam mais abertas a fontes de erro do que é inevitável em todos os casos assim. É verdade que minha afirmativa do caráter regressivo dos instintos também se apóia em material observado, ou seja, nos fatos da compulsão à repetição. Pode ser, contudo, que eu tenha superestimado sua significação. E, de qualquer modo, é impossível perseguir uma idéia desse tipo, exceto pela combinação repetida de material concreto com o que é puramente especulativo e, assim, amplamente divergente da observação impírica. Quanto mais freqüentemente isso é feito no decurso da construção de uma teoria, menos fidedigno, como sabemos, deve ser o resultado final. Mas o grau de incertezas não é atribuível. Podemos ter dado um golpe de sorte ou havermo-nos extraviado vergonhosamente. Não penso que, num trabalho desse tipo, uma parte grande seja desempenhada pelo que é chamado de 'intuição'. Pelo que tenho visto da intuição, ela me parece ser o produto de um tipo de imparcialidade intelectual. Infelizmente, porém, as pessoas raramente são imparciais no que concerne às coisas supremas, aos grandes problemas da ciência e da vida. Em tais casos, cada um de nós é dirigido por preconceitos internos profundamente enraizados, aos quais nossa

especulação inadvertidamente dá vantagem. Já que possuímos tão bons fundamentos para sermos desconfiados, nossa atitude para com os resultados de nossas próprias deliberações não pode ser outra que a de uma fria benevolência. Apresso-me a acrescentar, contudo, que uma autocrítica como esta acha-se longe de vincular-nos a qualquer tolerância especial para com opiniões discordantes. É perfeitamente legítimo rejeitar sem remorsos teorias que são contraditadas pelos próprios primeiros passos dados na análise dos fatos observados, enquanto nos achamos ao mesmo tempo cientes de que a validade de nossas próprias teorias é apenas provisória.

Não precisamos sentir-nos grandemente perturbados em ajuizar nossas especulações sobre os instintos de vida e de morte pelo fato de tantos processos desnorteantes e obscuros nelas ocorrerem, tal como um instinto ser expulso por outro, ou um instinto voltar-se do ego para um objeto, e assim por diante. Isso se deve simplesmente ao fato de sermos obrigados a trabalhar com termos científicos, isto é, com a linguagem figurativa, peculiar à psicologia (ou, mais precisamente, à psicologia profunda). Não poderíamos, de outra maneira, descrever os processos em questão e, na verdade, não nos teríamos tornado cientes deles. As deficiências de nossa posição provavelmente se desvaneceriam se nos achássemos em posição de substituir os termos psicológicos por expressões fisiológicas ou químicas. É verdade que estas também são apenas parte de uma linguagem figurativa, mas trata-se de uma linguagem com que há muito tempo nos familiarizamos, sendo também, talvez, uma linguagem mais simples.

Por outro lado, deve-se deixar completamente claro que a incerteza de nossa especulação foi muito aumentada pela necessidade de pedir empréstimos à ciência da biologia. A biologia é, verdadeiramente, uma terra de possibilidades ilimitadas. Podemos esperar que ela nos forneça as informações mais surpreendentes, e não podemos imaginar que respostas nos dará, dentro de poucas dezenas de *anos*, às questões que lhe formulamos. Poderão ser de um tipo que ponha por terra toda a nossa estrutura artificial de hipóteses. Se assim for, poder-se-á perguntar por que nos embrenhamos numa linha de pensamento como a presente e, em particular, por que decidi torná-la pública. Bem, não posso negar que algumas das analogias, correlações e vinculações que ela contém pareceram-me merecer consideração.

VII

Se procurar restaurar um estado anterior de coisas constitui característica tão universal dos instintos, não precisaremos surpreender-nos com que tantos processos se realizem na vida mental independentemente do princípio de prazer. Essa característica seria partilhada por todos os instintos componentes e, em seu caso, visariam a retornar mais uma vez a uma fase específica do curso do desenvolvimento. Trata-se de questões sobre as quais o princípio de prazer ainda não possui controle, mas disso não decorre que alguma delas seja necessariamente oposta a este, e ainda temos de solucionar o problema da relação dos processos instintuais de repetição com a dominância do princípio de prazer.

Descobrimos que uma das mais antigas e importantes funções do aparelho mental é sujeitar os impulsos instintuais que com ele se chocam, substituir o processo primário que neles predomina pelo processo secundário, e converter sua energia catéxica livremente móvel numa catexia principalmente quiescente (tônica). Enquanto essa transformação se está realizando, nenhuma atenção pode ser concedida ao desenvolvimento do desprazer, mas isso não implica a suspensão do princípio de prazer. Pelo contrário, a transformação ocorre em *favor* dele; a sujeição constitui o ato preparatório que introduz e assegura a dominância do princípio de prazer.

Façamos uma distinção mais nítida, do que até aqui fizemos, entre função e tendência. O princípio de prazer, então, é uma tendência que opera a serviço de uma função, cuja missão é libertar inteiramente o aparelho mental de excitações, conservar a quantidade de excitação constante nele, ou mantê-la tão baixa quanto possível. Ainda não podemos decidir com certeza em favor de nenhum desses enunciados, mas é claro que a função estaria assim relacionada com o esforço mais fundamental de toda substância viva: o retorno à quiescência do mundo inorgânico. Todo nós já experimentamos como o maior prazer por nós atingível, o do ato sexual, acha-se associado à extinção momentânea altamente intensificada. A sujeição de um impulso instintual seria uma função preliminar, destinada a preparar a excitação para sua eliminação final no prazer da descarga.

Isso levanta a questão de saber se sentimentos de prazer e desprazer podem ser igualmente produzidos por processos excitatórios vinculados e livres. E não parece haver qualquer dúvida de que os processos livres ou primários dão origem a sentimentos muito mais intensos em ambos os sentidos do que os vinculados ou secundários. Além disso, os processos primários são os mais antigos no tempo; no começo da vida mental não existem outros e podemos inferir que, se o princípio de prazer não tivesse sido operante *neles*, jamais se poderia ter estabelecido para os posteriores. Chegamos assim ao que, no fundo, não é uma conclusão muito simples, a saber, que no começo da vida mental a luta pelo prazer era muito mais intensa do que posteriormente, mas não tão irrestrita; tinha de submeter-se a freqüentes interrupções. Em épocas posteriores, a dominância do princípio de prazer é muitíssimo mais segura, mas ele próprio não fugiu aos processos de sujeição que os outros instintos em geral. De qualquer modo, seja lá o que for aquilo que causa o aparecimento de sentimentos de prazer e desprazer nos processos de excitação, deve estar presente no processo secundário, tal como está no primário.

Aqui poderia achar-se o ponto de partida para novas investigações. Nossa consciência nos comunica sentimentos provindos de dentro que não são apenas de prazer e desprazer, mas também de uma tensão peculiar que, por sua vez, tanto pode ser agradável quanto desagradável. Permitir-nos-á a diferença entre esses sentimentos distinguir entre processos de energia vinculados e livres? Ou deve o sentimento de tensão ser relacionado à magnitude absoluta, ou talvez ao nível da catexia, ao passo que a série prazer e desprazer indica uma mudança na magnitude da catexia dentro de determinada unidade de tempo? Outro fato notável é que os instintos de vida têm muito mais contato com nossa percepção interna, surgindo como rompedores da paz e constantemente produzindo tensões cujo alívio é sentido como prazer, ao passo que os instintos de morte parecem efetuar seu trabalho discretamente. O princípio de prazer parece, na realidade, servir aos instintos de morte. É verdade que mantém guarda sobre os estímulos provindos de fora, que são encarados como perigos por ambos os tipos de instintos, mas se acha mais especialmente em guarda contra os aumentos de estimulação provindos de dentro, que tornariam mais difícil a tarefa de viver. Isso, por sua vez, levanta uma infinidade de outras questões, para as quais, no presente, não podemos encontrar resposta. Temos de ser pacientes e aguardar novos métodos e ocasiões de pesquisa. Devemos estar prontos, também, para abandonar um caminho que estivemos seguindo por certo tempo, se parecer que ele não leva a qualquer bom fim. Somente os crentes, que exigem que a ciência seja um substituto para o catecismo que abandonaram, culparão um investigador por desenvolver ou mesmo transformar suas concepções. Podemos confortar-nos também, pelos lentos avanços de nosso conhecimento científico, com as palavras do poeta:

*Was man nicht erfliegen kann, muss man erhinken.
Die Schrift sagt, es ist keine Sünde zu hinken.*